

ESP-INST. LAURO DE SOUZA LIMA, EM BAURU

Edital 8/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
8/2026	90182-ESP-INST. LAURO DE SOUZA LIMA, EM BAURU	ANDREZA TURINO RODRIGUES	26/02/2026 12:25 (v 0.7)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	143/2026	024.00055632/2025-90

1. Do objeto

PREGÃO  
ELETRÔNICO

90012/2025

CONTRATANTE (UASG)

(090182)

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES DESTE INSTITUTO.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

SIGILOSO

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **17/03/2026** às **09:00h** (horário de Brasília)

**Critério de Julgamento:**

*[menor preço]*

**Modo de disputa:**

*[aberto]*

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

***SIM***

## Sumário

1. DO OBJETO.. 1
2. DO REGISTRO DE PREÇOS 1
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.. 1
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.. 3
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA. 5
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES. 6
7. DA FASE DE JULGAMENTO.. 9
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.. 12
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. 14
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA. 14
11. DOS RECURSOS. 14
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES. 15
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.. 18
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS. 18

### **INSTITUTO "LAURO DE SOUZA LIMA"**

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2026**

(Processo Administrativo nº 024.00055632/2025-90)

Torna-se público que o(a) *Instituto “Lauro de Souza Lima”*, por meio do(a) *Seção de Material e Patrimônio*, sediado(a) *Rodovia Cmte João Ribeiro de Barros KM 225/226 em Bauru/SP*, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

## **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA /CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES DESTE INSTITUTO**, enquadrando-se como serviços comuns contínuos, sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, e sem predominância de mão de obra, e não definidos como serviços de engenharia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

**1.2.A licitação será realizada em grupo único, formado por mais de um item, conforme definido no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.**

## **2. Do registro de preços**

**2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.**

## **3. Da participação na licitação**

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

**3.5.1 Para o grupo 01, a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10), nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006.**

**3.5.1.1. O tratamento favorecido a que se refere a subdivisão acima fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.**

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou

- que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau; 3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.
- 3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.11. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.11.1. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

## 4. Da apresentação da proposta e dos documentos de habilitação

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o [preço], até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- 4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10).

4.4.6. O licitante organizado em cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. Do preenchimento da proposta

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

### 5.1.1. Valor mensal e total estimado do item;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## 6. Da abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de [valores] entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 30,00 (trinta) reais que incidirá sobre o valor mensal estimado**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. **Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.**

6.11.1. **A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.**

6.11.2. **A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.**

6.11.3. **Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.**

6.11.4. **Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.**

6.11.5. **Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.**

- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.
- 6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.
- 6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).
- 6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;
- 6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;
- 6.19.2.2. empresas brasileiras;
- 6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.



6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer **acima do preço máximo** definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. Da fase de julgamento

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>); e

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10.. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

## 8. Da fase da habilitação

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.1.3. Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio em subdivisão do item 3, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.

8.1.3.1. Na hipótese de admissão da participação de pessoas jurídicas em consórcio e exigência de requisito(s) de habilitação econômico-financeira de que trata a subdivisão acima, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 10% (DEZ por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido dos licitantes individuais para habilitação econômico-financeira.

8.1.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

## 9. Da ata de registro de preços

1. *A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

## 10. Da formação do cadastro de reserva

1. *A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.*

## 11. Dos recursos

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico [sei.sp.gov.br](http://sei.sp.gov.br)

## 12. Das infrações administrativas e sanções

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação [ou a ata de registro de preços (caso se trate de licitação para registro de preços)] no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.10.3. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

## 13. Da impugnação do edital e do pedido de esclarecimento

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo(s) seguinte(s) meio(s): **e-mail: [compras@ils.br](mailto:compras@ils.br)**.

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet [compras.gov.br](http://compras.gov.br), sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

## 14. Das disposições gerais

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL". Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10);

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

14.2.4. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.5. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico [compras.gov.br](https://compras.gov.br).

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

*14.15.1. ANEXO I - Termo de Referência;*

*14.15.1.1. Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;*

*14.15.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;*

*14.15.3. ANEXO III – [Resolução SS-65, de 01/04/2024];*

*14.15.4. ANEXO IV – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;*

*14.15.5. ANEXO V – Modelo(s) de Declaração(ões);*

BAURU , 26 de Fevereiro de 2026



*Dr. José Ricardo Bombini*  
*Diretor Técnico de Saúde III*

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**JOSE RICARDO BOMBINI**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 26/02/2026 às 12:25:46.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - TR\_90182-000025-2026\_publico.pdf (228.76 KB)
- Anexo II - ETP\_90182-000077-2025\_publico (3).pdf (159.52 KB)
- Anexo III - CONTRATO\_90182-000004-2026 (2) RETIFICADO.pdf (146.08 KB)
- Anexo IV - ANEXO III- RESOLUCAO 65 2024.pdf (189.47 KB)
- Anexo V - MODELO DE PROPOSTA DE PRECOS.pdf (268.05 KB)
- Anexo VI - DECLARACOES SAUDE E SEGURANCA.pdf (67.27 KB)

ESP-INST. LAURO DE SOUZA LIMA, EM BAURU

Termo de Referência 25/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
25/2026	90182-ESP-INST. LAURO DE SOUZA LIMA, EM BAURU	ANDREZA TURINO RODRIGUES	10/02/2026 15:26 (v 0.6)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	143/2026	024.00055632/2025-90

1. Condições gerais da contratação

TERMO DE REFERÊNCIA

INSTITUTO "LAURO DE SOUZA LIMA"

(Processo Administrativo nº.024.00055632/2025-90)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de **Manutenção Preventiva e Corretiva em /equipamentos Médico Hospitalares pertencentes ao Instituto**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	SIAFÍSICO/ CATSER	QUANT. Item no grupo (1)	Valor Unitário Por item (2)	Qde de Manutenção durante o tempo do Contrato (12 meses) (3)	Valor Total do grupo durante o tempo do Contrato (12 meses) (1x2x3)=
SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS HOSPITALARES CONFORME ABAIXO:	12115-0/ 16055				
GRUPO 1 – OXIMETRO DE MESA		03		2	

<b>GRUPO 2 – GAROTE PNEUMÁTICO</b>		01		1	
<b>GRUPO 3 – MICROSCÓPIO CIRÚRGICO</b>		01		1	
<b>GRUPO 4 – ELETROCAUTÉRIO</b>		01		1	
<b>GRUPO 5 – ASPIRADOR CIRÚRGICO</b>		06		4	
<b>GRUPO 6 – BISTURI ELETRÔNICO</b>		07		4	
<b>GRUPO 7 – CARDIOVERSOR</b>		01		4	
<b>GRUPO 8 - DESFIBRILADOR</b>		02		4	
<b>GRUPO 9 – ELETROCARDIOGRAFO</b>		03		4	
<b>GRUPO 10 – FOCO CIRÚRGICO</b>		09		4	
<b>GRUPO 11 – MESA CIRÚRGICA</b>		03		4	
<b>GRUPO 12 – MONITOR MULTIPARÂMETRO</b>		04		4	
<b>GRUPO 13 – POLTRONA (macas elétricas) HOSPITALAR</b>		12		2	
<b>GRUPO 14 – AUTOCLAVE FIXA</b>		05		4	
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO (12 MESES)</b>					<b>R \$</b> _____
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO MENSAL (VALOR TOTAL 12 MESES DIVIDIDO POR 12)</b>					<b>R\$</b> _____

- 1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.
- 1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.
- 1.1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como SERVIÇOS COMUNS\_, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados do(a) **data de assinatura do contrato com início dos serviços em até 05 dias uteis desta data**, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1. O serviço é enquadrado como serviço contínuo, sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, e com predominância de mão de obra, tendo em vista que a necessidade dos serviços sem interrupção, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.6. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

## 2. Fundamentação e descrição da necessidade

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **[143/2026]**, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

## 3. Descrição da solução como um todo

*3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

## 4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade

### 4.1. Não se aplica

Garantia da contratação

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.3. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

## 5. Modelo de execução do objeto

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: em até 05 (cinco) dias a contar da assinatura do contrato;

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

### 5.2: MANUTENÇÃO PREVENTIVA:

5.2.1 Com base em um sistema de gerenciamento de serviços de manutenção, a CONTRATADA, de comum acordo com a CONTRATANTE, deverá implantar um programa de manutenção mensal com o objetivo de manter a qualidade funcional dos equipamentos, bem como sua conservação física, mantendo-os operando dentro dos padrões técnicos exigidos.

5.2.2 Os serviços de manutenção preventiva deverão prever **visitas programadas**, em dias e horários úteis, previamente agendadas com o responsável da Contratante, e serem efetuadas por técnicos especializados e habilitados para a realização dos serviços, afim de evitar a desativação dos equipamentos.

### 5.3. MANUTENÇÃO CORRETIVA:

5.3.1 Será toda a paralisação não programada, ocasionada por falhas próprias dos equipamentos e/ou instalações.

Ocorrerá em duas situações:

- Equipamento parado: deverá haver um atendimento imediato para o restabelecimento da operação no menor tempo possível.

- Equipamento funcionando em condição anormal: deverá ser executado o levantamento dos materiais e peças de reposição e informado à CONTRATANTE para a programação do serviço de reparo, sem a alteração das atividades de manutenção preventiva.

5.3.2 Para estas situações, deverá ser disponibilizada uma equipe de trabalho em **plantão de 24 horas**, devidamente qualificada para resolução de problemas emergenciais.

5.3.3 A Contratada deverá disponibilizar dois telefones celulares e um fixo para contato com o profissional de plantão, 24 (vinte e quatro) horas, para atendimento de situações emergenciais.

5.3.4 Nos casos de **manutenção corretiva**, o prazo máximo para chegada do técnico para verificação das falhas não poderá ser superior a 12 (doze) horas, contados a partir da hora de chamada. A manutenção corretiva deverá ser realizada em até 48 (quarenta e oito) horas, salvo motivo devidamente justificado (ex.: troca de peças) e aceito pela CONTRATANTE.

5.3.5 Havendo necessidade técnica de remoção do equipamento para as oficinas da CONTRATADA ou até mesmo para as oficinas do fabricante do equipamento, a mesma somente poderá ser efetuada mediante prévia comunicação e **autorização do Setor de Patrimônio da CONTRATANTE**, mediante o preenchimento de impresso próprio, sendo que os custos decorrentes de seguro e transporte ficarão a cargo da CONTRATADA.

### 5.4. DAS ROTINAS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA / CORRETIVA/CRONOGRAMA:

#### 5.4.1. GRUPO 1 (OXIMETRO DE DEDO)

##### ► Manutenção Preventiva – uma visita a cada 06 meses:

- verificar a conformidade do equipamento;
- limpeza do equipamento;
- calibração;
- marcar com selo de verificação;
- gerar relatório de verificação;

► **Manutenção Corretiva** – sem limite para solicitações de visitas:

- Troca de peças e acessórios, quando necessário.

**5.4.2. GRUPO 2 (GARROTE PNEUMÁTICO)**

► **Manutenção Preventiva** – anualmente:

- limpar as capas do manguito conforme orientação do fabricante
- 2- lubrificar os componentes móveis conforme necessário para garantir funcionamento suave.
- 3- Configurar e lubrificar a ferramenta conforme a instrução do fabricante
- 4- Verificar o ajuste de pressão de operação de acordo com especificação do fabricante
- 5- Realizar testes de pressão e vazamento para garantir que o sistema esteja funcionando dentro dos parâmetros de segurança e eficiência.

► **Manutenção Corretiva** – sem limite para solicitações de visitas:

- Troca de peças e acessórios, quando necessário, anéis de vedação, molas e gatilhos

**5.4.3. GRUPO 3 (MICROSCÓPIO CIRÚRGICO)**

► **Manutenção Preventiva** – anualmente:

1. Limpar as lentes ópticas
2. Lubrificar os componentes mecânicos
3. Verificar o sistema de iluminação
4. Calibrar o sistema óptico
5. Inspecionar a estrutura e componentes ópticos dando parecer de viabilidade de uso
6. Substituir componentes desgastados ou deteriorados
7. Verificar o funcionamento das lentes objetivas
8. Verificar o condensador de luz transmitida
9. Verificar o sistema de iluminação
10. Verificar o tempo de vida útil das lâmpadas

► **Manutenção Corretiva** – sem limite para solicitações de visitas:

- Troca de peças e acessórios, quando necessário.

**5.4.4. GRUPO 4 (ELETROCAUTÉRIO)**

► **Manutenção Preventiva** – Anualmente:

1. Verificação de controles de potência
2. Verificação de saídas para conexões
3. Verificação de pedal de acionamento
4. Verificação das canetas (manual ou comando de pedal)
5. Verificação do sistema de alarme
6. Verificação dos fusíveis
7. Verificação do aterramento
8. Verificação de funcionamento e integridade do indicador /lâmpada piloto
9. Aferição da saída de corte e coagulação
10. Calibração do equipamento
11. Teste de segurança elétrica

Verificação de demais itens indicados pelo fabricante que não constam nesta lista.

► **Manutenção Corretiva** – sem limite para solicitações de visitas:

- Consistirá no conserto do equipamento que apresentar um defeito que não foi possível a previsão, como a queima de uma placa eletrônica, de uma resistência, de um sensor, ou ainda, pelo defeito ocorrido através do uso ou da vida útil do equipamento e de suas respectivas peças.

5.4.5. **GRUPO 5 (ASPIRADOR CIRÚRGICO)**

► **Manutenção Preventiva** – uma visita a cada três meses:

- Limpeza a cada utilização com pano úmido e sabão (umidificar com água o hipoclorito de sódio diluído em água a 0,5%).
- A cada 3 meses é recomendado a troca do filtro hidrofóbico.
- Limpeza interna do equipamento e da tubulação.
- Lubrificação dos componentes.
- Verificação dos desgastes nos rodízios, condições do cabo de alimentação, pintura, motocompressores e válvula de segurança de transbordamento.
- Verificação do tubo de vácuo e vacuômetro;
- Substituição de fusíveis.
- Teste de segurança elétrica.
- Testes funcionais do equipamento.
- Outras indicadas pelo fabricante, observadas as marcas respectivas.

► **Manutenção Corretiva** – sem limite para solicitações de visitas:

- Conserto da parte elétrica, motor elétrico, troca de peças mecânicas, tubulações, frasco coletor, peças e acessórios em geral.

5.4.6 **GRUPO 6 (BISTURÍS ELETRÔNICOS)**

► **Manutenção Preventiva** – uma visita a cada três meses:

- Verificação de controles de potência.
- Verificação das saídas para conexões.
- Verificação do pedal de acionamento.



- Verificação da caneta (manual ou por comando por pedal).
- Verificação do sistema de alarme.
- Verificação dos fusíveis.
- Verificação do aterramento.
- Verificação do funcionamento e integridade do indicador/lâmpada piloto.
- Aferição da saída de corte e coagulação.
- Calibração do equipamento.
- Teste de segurança elétrica.
- Outras indicadas pelo fabricante, observadas as marcas respectivas.

► **Manutenção Corretiva – sem limite para solicitações de visitas:**

- Consistirá no conserto do equipamento que apresentar um defeito que não foi possível a previsão, como a queima de uma placa eletrônica, de uma resistência, de um sensor, ou ainda, pelo defeito ocorrido através do uso ou da vida útil do equipamento e de suas respectivas peças.
- Calibração do equipamento, quando necessário.

**5.4.7. GRUPO 7 (CARDIOVERSORES) E GRUPO 8 (DEFIBRILADORES)**

► **Manutenção Preventiva – uma visita a cada três meses:**

- Revisão elétrica, com inspeções periódicas no cabo de alimentação, nos cabos e nos conectores, observando eventuais rupturas do isolamento ou dos condutores internos.
- Teste de seleção de energia (2 a 360 JOULES).
- Teste de carga.
- Teste de descarga (painel e eletrodo).
- Teste de anulação de carga.
- Verificação e reparo da impressora termo.
- Revisão do painel, com verificação e ajustes.
- Revisão da placa de controle.
- Verificação das condições do gabinete (se está íntegro ou apresenta rachaduras, sujeiras).
- Verificação das condições da bateria (se está carregada ou não).
- Verificação dos acessórios necessários para seu uso (eletrodos adulto e/ou pediátrico).
- Testes funcionais.
- Teste de segurança elétrica.
- Outras indicadas pelo fabricante, observadas as marcas respectivas.

► **Manutenção Corretiva – sem limite para solicitações de visitas:**

- Consistirá no conserto do equipamento que apresentar um defeito que não foi possível a previsão, como a queima de uma placa eletrônica, de uma resistência, de um sensor, ou ainda, pelo defeito ocorrido através do uso ou da vida útil do equipamento e de suas respectivas peças.

- Calibração do equipamento, quando necessário.

#### 5.4.8. **GRUPO 9 (ELETROCARDIOGRAFOS)**

► **Manutenção Preventiva** – uma visita a cada três meses:

- Medida da isolamento elétrica do equipamento e medida de corrente de fuga.
- Verificação do cabo/conector (plug) de alimentação e do cabo paciente.
- Teste de vibração.
- Verificação do desvio da caneta.
- Verificação das correias.
- Revisão da impressora.
- Limpeza Geral.
- Verificação da integridade do chassi.
- Verificação da integridade do painel.
- Verificação do funcionamento e integridade dos botões de comando.
- Verificação do funcionamento e integridade do ecrã (display) ou tela.
- Verificação da integridade e limpeza do sensor/transdutor.
- Verificação dos cabos e conectores do sensor/transdutor.
- Aferição da calibração e teste de funcionamento com onda simulada.
- Outras indicadas pelo fabricante do equipamento, observadas as marcas respectivas.

► **Manutenção Corretiva** – sem limite para solicitações de visitas:

- Consistirá no conserto do equipamento que apresentar um defeito que não foi possível a previsão, como a queima de uma placa eletrônica, de uma resistência, de um sensor, ou ainda, pelo defeito ocorrido através do uso ou da vida útil do equipamento e de suas respectivas peças.

#### 5.4.9 **GRUPO 10 (FOCOS CIRÚRGICOS)**

► **Manutenção Preventiva** – uma visita a cada três meses:

- Verificação do cabo/conector (plug) de alimentação.
- Limpeza geral.
- Teste do equipamento.
- Integridade do chassi.
- Integridade da estrutura da cabeça da(s) lâmpada(s) e braço(s).
- Funcionamento do controle da luminosidade.
- Funcionamento e integridade de indicador/lâmpada piloto.

- Limites rotacionais.
- Integridade dos vidros e lentes.
- Fixação da(s) lâmpada(s).
- Integridade do pedestal/manoplas.
- Funcionamento e integridade dos rodízios.
- Revisão do sistema elétrico.
- Verificação das cúpulas.
- Verificação do painel de controle.
- Lubrificação e regulação das articulações.
- Substituição de bateria.
- Outras indicadas pelo fabricante, observadas as marcas respectivas.

► **Manutenção Corretiva** – sem limite para solicitações de visitas:

- Consistirá no conserto do equipamento que apresentar um defeito que não foi possível a previsão, como a queima de uma placa eletrônica, de uma resistência, de uma lâmpada, de um sensor, ou ainda, pelo defeito ocorrido através do uso ou da vida útil do equipamento e de suas respectivas peças.

#### 5.4.10 **GRUPO 11 (MESAS CIRÚRGICAS)**

► **Manutenção Preventiva** – uma visita a cada três meses:

- Verificação do funcionamento do sistema hidráulico.
- Verificação do funcionamento do sistema elétrico.
- Lubrificação de componentes.
- Troca do óleo hidráulico.
- Substituição de bateria.
- Serviço de troca de estofamento.
- Ajuste de mecanismo.
- Revisão geral e testes funcionais.
- Limpeza do equipamento.
- Verificação dos cabos e controles.
- Teste de segurança elétrica.
- Outras indicadas pelo fabricante, observadas as marcas respectivas.

► **Manutenção Corretiva** – sem limite para solicitações de visitas:

- Conserto da parte elétrica, motor elétrico, troca de peças mecânicas, tubulações, peças e acessórios em geral.

#### 5.4.11. **GRUPO 12 (MONITORES MULTIPARAMETROS)**

► **Manutenção Preventiva** – uma visita a cada três meses:

- Verificação do cabo/conector (plug) de alimentação.
- Limpeza geral.
- Teste do equipamento.
- Integridade do chassi.
- Integridade do painel.
- Funcionamento e integridade dos botões de comando.
- Funcionamento e integridade do ecrã (display) ou tela.
- Integridade e limpeza do sensor/transdutor.
- Cabos e conectores do sensor/transdutor.
- Verificação do funcionamento com onda simulada.
- Verificação de parâmetros.
- Substituição de fusíveis e bateria.
- Revisão e calibragem dos módulos de capnografia, da pressão arterial não invasiva, da oximetria, da cardioscopia, do display frontal, do probe do oxímetro, do sistema de alarme, dos botões de controle.
- Teste de segurança elétrica.
- Outras indicadas pelo fabricante do equipamento, observadas as marcas respectivas.

► **Manutenção Corretiva** – sem limite para solicitações de visitas:

- Consistirá no conserto do equipamento que apresentar um defeito que não foi possível a previsão, como a queima de uma placa eletrônica, de uma resistência, de um sensor, ou ainda, pelo defeito ocorrido através do uso ou da vida útil do equipamento e de suas respectivas peças.
- Calibração do equipamento, quando necessário.

5.4.12. **GRUPO 13 (MACAS HOSPITALARES ELÉTRICAS)**

► **Manutenção Preventiva** – uma visita a cada seis meses:

- Verificação do cabo/conector (plug) de alimentação.
- Limpeza e higienização externa.
- Lubrificação dos eixos.
- Verificação das funções de elevação, abaixamento e inclinação do encosto, estofamento, executando reformas.
- Teste do equipamento.
- Integridade do chassi.
- Verificação do funcionamento das lâmpadas do foco de luz.
- Limpeza da lente de proteção.

- Verificação do sistema de ajuste de intensidade luminosa com registro das medições a 1M.
- Ajustes do pega mão.
- Ausência de vibração anormal.
- Outras indicadas pelo fabricante, observadas as marcas respectivas.

► **Manutenção Corretiva – sem limite para solicitações de visitas:**

- Troca de peças e acessórios, quando necessário.

#### 5.4.13 **(AUTOCLAVES)**

► **Manutenção Preventiva – uma visita a cada três meses.**

- Inspeção visual (verificação de avarias em toda estrutura física, incluindo gabinete, acessórios, conexões, dispositivos e painel.
- Inspeção no sistema elétrico, cabo de alimentação, tomada, fixação mecânica do cabo e terminal de aterramento, observando eventuais fugas de corrente, rupturas de isolamento ou dos condutores internos.
- Inspeção visual da caldeira com verificação e correção de vazamentos em todo sistema hidráulico.
- Limpeza das válvulas e purgadores.
- Limpeza e troca de filtros.
- Verificação da corrente elétrica e das resistências.
- Ajustes dos instrumentos de leitura de pressão, temperatura, termostatos, pressostatos, válvulas de segurança solenóide e controladora.
- O erro na medição da temperatura não deve exceder 0,5°C e o da pressão não deve exceder  $\pm 8$  MBAR /  $\pm 0.8$  KPA /  $\pm 0.115$  PSI dentro de um intervalo 0-1 BAR(A) / 0-100 KPA(A);
- Lubrificação.
- Verificação de temporizador, pressão e temperatura.
- Reapertar todos os contatos elétricos.
- Troca das membranas e refil da osmose reversa.
- Verificação de todos os componentes eletrônicos (impressora, painel numérico, menu eletrônico).
- Manutenção/troca de borracha de vedação das portas e saída de material.
- Outras indicadas pelo fabricante, observadas as marcas respectivas.

► **Manutenção Corretiva – sem limite para solicitações de visitas:**

- Conserto do equipamento que apresentar um defeito onde não foi possível a previsão, como a queima de uma placa eletrônica, de uma resistência, de um sensor, ou ainda, pelo defeito ocorrido através do uso ou da vida útil do equipamento e suas respectivas peças.

#### 5.5. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA EMPRESA:**

- Possuir Registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, que tenha atuação no local em que os serviços serão prestados.

b) Possuir Registro ou inscrição do profissional técnico responsável pela execução dos serviços, no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, que tenha atuação no local em que os serviços serão prestados.

c) Possuir atestados de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem quantitativos de 50% (cinquenta por cento) do objeto da licitação. Esses atestados deverão conter, necessariamente, a especificação dos serviços executados e o prazo de execução. Serão admitidos os somatórios de atestados, sem restrição quanto à concomitância dos períodos dos contratos;

d) Possuir Equipe Técnica composta por profissionais qualificados/habilitados para a execução dos serviços.

## **5.6. GERENCIAMENTO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO:**

**5.6.1** A CONTRATADA deverá implantar e manter um sistema de gerenciamento dos serviços de manutenção, utilizando-se de métodos informatizados, os quais fornecerão no mínimo os seguintes parâmetros:

### **- Cadastramento dos equipamentos**

- Identificação
- Características Técnicas
- Posição / Localização

### **- Programação das manutenções preventivas mensais - CRONOGRAMA**

### **- Controle das manutenções corretivas**

### **- Histórico dos equipamentos (banco de dados, ocorrências)**

### **- Emissão de relatórios gerenciais mensais de controle**

### **- Controle de custos**

- Mão de obra
- Materiais de aplicação (custos de peças de reposição)
- Outros gastos eventualmente executados

**5.6.2** Esse sistema informatizado de gerenciamento deverá ser implantado no prazo de até 60 (sessenta) dias após a data da assinatura do contrato.

## **5.7. FISCALIZAÇÃO:**

Os serviços terão supervisão permanente da empresa CONTRATADA.

O gerenciamento do contrato será executado por responsável designado pela CONTRATANTE.

É vedada à CONTRATADA sem prévia autorização da fiscalização, proceder a alterações nos serviços de qualquer natureza.

Quaisquer modificações ou providências necessárias à adequação nos serviços a casos imprevistos, de modo a superar falhas ou omissões, deverão ser solicitadas por escrito, à fiscalização.

A equipe de fiscalização do Instituto ou seu preposto terá plenos poderes para:

- a) Solicitar a imediata remoção do local dos serviços de todo e qualquer material que não atenda aos elementos dos serviços, especificações e/ou normas técnicas aplicáveis, considerando-se o escopo dos serviços ora contratados.
2. Embargar a continuação dos serviços que estejam sendo executados em desacordo com os elementos dos serviços e/ou contra as normas técnicas aplicáveis, ou ainda, em desacordo com as Normas de Segurança.
- c) Solicitar, sem qualquer ônus para o Instituto, a re-execução dos serviços, sempre que os equipamentos se apresentarem defeituosos ou em desacordo com os elementos dos serviços e especificações, ou ainda, que atente contra a segurança ou bens da Proprietária, ou do Instituto, ou de terceiros.
- d) Designar os locais para entrega das peças e componentes retirados dos equipamentos, onde se realizarem os serviços, de propriedade do Instituto.
- e) Solicitar da CONTRATADA o ressarcimento do valor da peça ou equipamento que por imperícia ou imprudência do funcionário da CONTRATADA for danificada, inutilizada ou quebrada.
- f) Prestar esclarecimentos sobre as circunstâncias em que foram observadas as irregularidades e/ou defeitos no funcionamento dos equipamentos.
- g) Colocar a disposição da CONTRATADA as informações técnicas que dispõe dos equipamentos, incluindo manuais, plantas e dados sobre os serviços executados.
- h) Permitir a execução de serviços nas oficinas da CONTRATADA sempre que houver impossibilidade de reparos no local de instalação.

#### **5.8. FORNECIMENTO DE PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS:**

O fornecimento de peças e componentes não está incluso no Contrato.

Os serviços de substituição de peças e componentes serão executados pela CONTRATADA, sendo de responsabilidade da CONTRATANTE providenciar a sua aquisição e a posterior entrega das peças/componentes à CONTRATADA para a realização dos serviços.

Os serviços de reposição de materiais e peças substituídos somente serão considerados a contento, após testes e aprovação da CONTRATANTE, com um período mínimo de funcionamento, conforme cada caso.

As peças substituídas deverão ser necessariamente entregues à CONTRATANTE.

Todo o transporte de equipamentos para as oficinas da Contratada para a realização de serviços de manutenção deverá ser previamente comunicado ao Gestor do Contrato, sem que esse procedimento represente qualquer tipo de ônus ao CONTRATANTE.

#### **5.9. FORNECIMENTO DE FERRAMENTAL, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE CONSUMO:**

- A CONTRATADA deverá fornecer todos os equipamentos, ferramentais e materiais de consumo para o desenvolvimento dos serviços, entre eles:

3. Materiais de consumo: óleos, graxas (lubrificantes em geral), estopa, algodão, removedores de graxa (desengraxantes), materiais de limpeza e desinfecção para equipamentos, etc.
4. Ferramental básico: Todo ferramental necessário para o bom desenvolvimento da manutenção, uma vez que o serviço deve ter garantia da Contratada e todo ferramental deve estar com sua calibração validada.

- Deverão ainda ser fornecidos pela CONTRATADA os EPI's (equipamentos de proteção individual) e EPC's (equipamentos de proteção coletiva) referente à segurança do trabalho, sem nenhuma despesa por parte do Instituto.

#### **5.10. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

5.10.1 Os serviços de manutenção preventiva deverão ser realizados em dias e horários úteis, previamente agendados com o responsável da Contratante, e serem realizados através de técnicos qualificados, devidamente registrados como empregados da Contratada. Esses técnicos deverão trabalhar uniformizados e utilizarem o(s) EPI(s) adequado(s) para a atividade a ser exercida.

5.10.2 Esses profissionais estão definidos para garantir um padrão de atendimento compatível com o volume de equipamentos e serviços, garantindo uma boa qualidade operacional dos equipamentos.

5.10.3 A disponibilização desses profissionais não está caracterizada como fornecimento de mão de obra.

5.10.4 Serviços específicos de manutenção corretiva a serem efetuados nas áreas críticas, dentre elas Centro Cirúrgico, deverão ser agendados com antecedência para efeito de liberação dos equipamentos, podendo nesses casos os serviços serem executados em horários especiais, fora do horário comercial, não incorrendo em ônus adicionais.

5.10.5 Periodicamente caberá à CONTRATADA avaliar o estado de funcionamento dos equipamentos, apresentando relatório mensal ao Gestor do Contrato, com todas as observações pertinentes.

5.10.6 Não se inclui neste contrato a reforma dos equipamentos ou modificações técnicas de funcionamento do sistema, assim como serviços de torno e solda, ou qualquer outro tipo de serviço corretivo relacionado às câmaras de pressão das autoclaves; a porta ou a estrutura das autoclaves, ou ainda, a qualquer prestação de serviço que haja a necessidade de terceirização de mão de obra.

5.10.7 A cada visita de manutenção preventiva/corretiva, deverá a CONTRATADA adotar os seguintes procedimentos:

1. Identificar os equipamentos submetidos à manutenção, através da fixação de etiquetas adesivas, contendo a data da visita técnica;
2. Colher assinatura do responsável pela área visitada, bem como do técnico da empresa, nas respectivas ordens de serviço;



3. Não retirar nenhum equipamento do seu local de instalação, para manutenção em oficina externa, sem prévia autorização do Setor de Patrimônio do Instituto.

5.11. ATUALIZAÇÕES:

A CONTRATADA deverá promover atualizações periódicas aos seus funcionários, o que é justificado em função de mantê-los sempre informados para garantir a correta manutenção dos equipamentos, instalações e novos materiais de mercado.

Deverá promover também, atualizações aos usuários do Instituto justificando-se este procedimento de forma que haverá uma melhor utilização correta dos equipamentos em todos os seus recursos e a conseqüente diminuição do índice de defeitos e quebras decorrentes de utilização inadequada.

TABELA DE QUANTITATIVOS E LOCAIS

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	SIAFÍSICO/ CATSER	QUANT. Item no grupo	Valor Unitário Por item	Qtd de Manutenção durante o tempo do Contrato (12 meses)	Valor Total do grupo durante o tempo do Contrato (12 meses)
SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS HOSPITALARES CONFORME ABAIXO:	12115-0/ 16055				
GRUPO 1 – OXIMETRO DE MESA		03		02	
GRUPO 2 – GAROTE PNEUMÁTICO		01		01	
GRUPO 3 – MICROSCÓPIO CIRÚRGICO		01		01	
GRUPO 4 – ELETROCAUTÉRIO		01		01	
GRUPO 5 – ASPIRADOR CIRÚRGICO		06		04	
GRUPO 6 – BISTURI ELETRÔNICO		07		04	
GRUPO 7 – CARDIOVERSOR		01		04	
GRUPO 8 - DESFIBRILADOR		02		04	

<b>GRUPO 9 – ELETROCARDIÓGRAFO</b>		03		04	
<b>GRUPO 10 – FOCO CIRÚRGICO</b>		09		04	
<b>GRUPO 11 – MESA CIRÚRGICA</b>		03		04	
<b>GRUPO 12 – MONITOR MULTIPARÂMETRO</b>		04		04	
<b>GRUPO 13 – POLTRONA (macas elétricas) HOSPITALAR</b>		12		02	
<b>GRUPO 14 – AUTOCLAVE FIXA</b>		05		04	
<b>TOTAL ESTIMADO (12 MESES)</b>				<b>R\$</b>	
<b>TOTAL ESTIMADO MENSAL (dividido por 12)</b>				<b>R\$</b>	

### TABELA DE QUANTITATIVOS E LOCAIS

<b>GRUPO 1 – EQUIPAMENTOS PARA CENTRO CIRÚRGICO</b>				
<b>OXÍMETRO DE MESA</b>				
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>MARCA</b>	<b>Nº PATRIM/ Nº SÉRIE</b>	<b>LOCALIZAÇÃO</b>
01	OXÍMETRO DE MESA	New MED MODELO OXILAINE	PAT 13748	CENTRO CIRÚRGICO
02	OXÍMETRO DE MESA	Shenzen/ MODELO PC66B	PAT 17124	CENTRO CIRÚRGICO
03	OXÍMETRO DE MESA	Shenzen/ MODELO PC66B	PAT 17125	CENTRO CIRÚRGICO

<b>GRUPO 2 – EQUIPAMENTOS PARA CENTRO CIRÚRGICO</b>				
<b>GARROTE PNEUMÁTICO</b>				

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	Nº PATRIM/ Nº SÉRIE	LOCALIZAÇÃO
01	GARROTE PNEUMÁTICO	ITS-MC/ Modelo: 1 Canal	PAT 16719	CENTRO CIRÚRGICO

### GRUPO 3 – EQUIPAMENTOS PARA CENTRO CIRÚRGICO

#### MICROSCÓPIO CIRÚRGICO

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	Nº PATRIM/ Nº SÉRIE	LOCALIZAÇÃO
01	MICROSCÓPIO CIRÚRGICO	OLYMPUS OME5000	PAT 12008/ série 806003	CENTRO CIRÚRGICO

### GRUPO 4 – EQUIPAMENTOS PARA CENTRO CIRÚRGICO

#### ELETROCAUTÉRIO

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	Nº PATRIM/ Nº SÉRIE	LOCALIZAÇÃO
01	ELETROCAUTÉRIO	DIGITAL WAVETRONIC	série10362610020 série BTNW-WM	AMBULATÓRIO SALA DE BIÓPSIA

### GRUPO 5 – EQUIPAMENTOS PARA CENTRO CIRÚRGICO

#### ASPIRADOR CIRÚRGICO

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	Nº PATRIM/ Nº SÉRIE	LOCALIZAÇÃO
01	ASPIRADOR CIRÚRGICO	GIGANTE	<u>PAT 13810</u>	UIA
02	ASPIRADOR CIRÚRGICO	GIGANTE	<u>PAT 13809</u>	UIG

03	ASPIRADOR CIRÚRGICO		PAT 17143	AMBULATÓRIO SALA DE REPOUSO
04	ASPIRADOR CIRÚRGICO	TAKAOKA	<u>PAT 12802</u>	CENTRO CIRÚRGICO C16
05	ASPIRADOR CIRÚRGICO	FANEM	<u>PAT 16704</u>	CENTRO CIRÚRGICO
06	ASPIRADOR CIRÚRGICO	ASPIRATEX	<u>PAT 16892</u>	CENTRO CIRÚRGICO

## GRUPO 6 – EQUIPAMENTOS PARA CENTRO CIRÚRGICO

### BISTURI ELETRÔNICO

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	Nº PATRIM/ Nº SÉRIE	LOCALIZAÇÃO
01	BISTURI ELETRÔNICO	WEM	<u>PAT 17136</u>	CENTRO CIRÚRGICO SALA 2
02	BISTURI ELETRÔNICO	WEM	<u>PAT 13978</u>	AMBULATÓRIO
03	BISTURI ELETRÔNICO	WAVETRONIC	<u>PAT 14599</u>	AMBULATÓRIO
04	BISTURI ELETRÔNICO	WAVETRONIC	<u>PAT 14598</u>	C12 PROCEDIMENTO
05	BISTURI ELETRÔNICO	WEM	<u>PAT 13829</u>	CENTRO CIRÚRGICO
06	BISTURI ELETRÔNICO	DELTRONIX	<u>PAT 12916</u>	CENTRO CIRÚRGICO
07	BISTURI ELETRÔNICO	WAVETRONIC	Nº série TBZB-DG	AMBULATÓRIO

## GRUPO 7 – EQUIPAMENTOS PARA CENTRO CIRÚRGICO

### CARDIOVERSOR

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	Nº PATRIM/ Nº SÉRIE	LOCALIZAÇÃO
02	CARDIOVERSOR/ DESFIBRILADOR	PHILIPS	PAT 16634	UIG

## GRUPO 8 – EQUIPAMENTOS DE CARDIOLOGIA

### DESFIBRILADOR

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	Nº PATRIM/ Nº SÉRIE	LOCALIZAÇÃO
01	DESFIBRILADOR	CMOS DRAKE	PAT 14935	CENTRO CIRÚRGICO
02	DESFIBRILADOR	PHILIPS	PAT 16635	AMBULATÓRIO

## GRUPO 9 – EQUIPAMENTOS PARA TERAPIA INTENSIVA

### ELETROCARDÍOGRAFO

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	Nº PATRIM/ Nº SÉRIE	LOCALIZAÇÃO
01	ELETROCARDIOGRAFO	DIXTAL	<u>PAT 14422</u>	AMBULATÓRIO
02	ELETROCARDÍOGRAFO	COMEN	<u>PAT 16696</u>	UIG
03	ELETROCARDÍOGRAFO	COMEN	<u>PAT 16697</u>	CENTRO CIRÚRGICO

## GRUPO 10 – EQUIPAMENTOS PARA CENTRO CIRÚRGICO

### FOCO CIRÚRGICO

--	--	--	--	--

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	Nº PATRIM/ Nº SÉRIE	LOCALIZAÇÃO
01	FOCO AUXILIAR	MED PEJ	<u>PAT 14135</u>	CENTRO CIRÚRGICO
02	FOCO AUXILIAR	NC	<u>PAT 10643</u>	AMBULATÓRIO SALA 08 CURATIVO
03	FOCO AUXILIAR	NC	<u>PAT 11109</u>	CENTRO CIRÚRGICO C16
04	FOCO AUXILIAR	MED PEJ	<u>PAT 0089F</u>	CENTRO CIRÚRGICO
05	FOCO AUXILIAR	MED PEJ	<u>PAT 0090F</u>	CENTRO CIRÚRGICO
06	FOCO AUXILIAR	MED PEJ	<u>PAT 1034</u>	CENTRO CIRÚRGICO
07	FOCO AUXILIAR	MED PEJ	<u>PAT 15717</u>	AMBULATÓRIO SALA BIÓPSIA
08	FOCO CIRÚRGICO	SISMATEC	<u>PAT 16863</u>	AMBULATÓRIO SALA BIÓPSIA
09	FOCO CIRÚRGICO	SISMATEC	<u>PAT 16864</u>	PROCEDIMENTO C16

## GRUPO 11 – EQUIPAMENTOS PARA CENTRO CIRÚRGICO

### MESA CIRÚRGICA

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	Nº PATRIM/ Nº SÉRIE	LOCALIZAÇÃO
01	MESA CIRÚRGICA	BARRFAB	PAT 12801	B13 - UIB
02	MESA CIRÚRGICA	BARRFAB	PAT 13938	CENTRO CIRÚRGICO
03	MESA CIRÚRGICA	BARRFAB	PAT 14863	CENTRO CIRÚRGICO

## GRUPO 12 – EQUIPAMENTOS PARA TERAPIA INTENSIVA

### MONITORES MULTIPARÂMETROS (11113-9)

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	Nº PATRIM/ Nº SÉRIE	LOCALIZAÇÃO
01	MONITOR MULTIPARÂMETRO	DIXTAL	<u>PAT 13811</u>	CENTRO CRIÚRGICO
02	MONITOR MULTIPARÂMETRO	MINDRAY	<u>PAT 16711</u>	CENTRO CIRÚRGICO
03	MONITOR MULTIPARÂMETRO	WORED LIFE	<u>PAT 16870</u>	CENTRO CIRÚRGICO
04	MONITOR MULTIPARÂMETRO	WORED LIFE	<u>PAT 16871</u>	CENTRO CIRÚRGICO

### GRUPO 13 – EQUIPAMENTOS PARA CENTRO CIRÚRGICO

#### POLTRONA HOSPITALAR

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	Nº PATRIM/ Nº SÉRIE	LOCALIZAÇÃO
01	POLTRONA/MACA HOSPITALAR	BKF	PAT 0169F	UIB
02	POLTRONA/MACA HOSPITALAR	RANSOR	<u>PAT 14059</u>	AMBULATÓRIO
03	POLTRONA/MACA HOSPITALAR	FERRANTE	<u>PAT 14545</u>	DEPÓSITO REAB
04	POLTRONA/MACA HOSPITALAR	FERRANTE	<u>PAT 14546</u>	DEPÓSITO REAB.
05	POLTRONA/MACA HOSPITALAR	FERRANTE	<u>PAT 14544</u>	SLA CURATIVO
06	POLTRONA/MACA HOSPITALAR	FERRANTE	<u>PAT 14736</u>	SALA CURATIVO
07	POLTRONA/MACA HOSPITALAR	RANSOR	<u>PAT 14058</u>	SALA BIÓPSIA
08	POLTRONA/MACA HOSPITALAR	FERRANTE	<u>PAT 14733</u>	PROCEDIMENTO
09	POLTRONA/MACA HOSPITALAR	FERRANTE	<u>PAT 14732</u>	UIB

10	POLTRONA/MACA HOSPITALAR	FERRANTE	PAT 14737	SALA CURATIVO
11	POLTRONA/MACA HOSPITALAR	FERRANTE	PAT 14734	SALA CURATIVO
12	POLTRONA/MACA HOSPITALAR	FERRANTE	PAT 14735	DEPÓSITO REAB.

EQUIPAMENTOS DE CENTRAL DE MATERIAL				
AUTOCLAVE FIXA (3292-1)				
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	Nº PATRIM/ Nº SÉRIE	LOCALIZAÇÃO
01	AUTOCLAVE	DABI ATLANTE	PAT 13394	AMBULATÓRIO
02	AUTOCLAVE	QUIMIS	PAT 15425	MICROBIOLOGIA
03	AUTOCLAVE	FABB	PAT 7590	BIOTÉRIO
04	AUTOCLAVE	PHOENIX	PAT 14755	BIOLOGIA MOLECULAR
05	AUTOCLAVE	QUIMIS	PAT 0838F	MIOLOGIA

15.1. TOTAL DE EQUIPAMENTOS (RESUMO):

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO
01	03	Unid.	<b>GRUPO 1 – OXIMETRO DE MESA</b>
02	01	Unid.	<b>GRUPO 2 – GAROTE PNEUMÁTICO</b>
03	01	Unid.	<b>GRUPO 3 – MICROSCÓPIO CIRÚRGICO</b>
04	01	Unid.	<b>GRUPO 4 – ELETROCAUTÉRIO</b>



05	06	Unid.	<b>GRUPO 5 – ASPIRADOR CIRÚRGICO</b>
06	07	Unid.	<b>GRUPO 6 – BISTURI ELETRÔNICO</b>
07	01	Unid.	<b>GRUPO 7 – CARDIOVERSOR</b>
08	02	Unid.	<b>GRUPO 8 – DESFIBRILADOR</b>
09	01	Unid.	<b>GRUPO 09 - ELETROCARDIÓGRAFO</b>
10	09	Unid.	<b>GRUPO 10 – FOCO CIRÚRGICO</b>
11	03	Unid.	<b>GRUPO 11 - MESA CIRÚRGICA</b>
12	04	Unid.	<b>GRUPO 12 - MONITOR MULTIPARÂMETRO</b>
13	12	Unid.	<b>GRUPO 13 – POLTRONA (MACA) HOSPITALAR</b>
14	05	Unid.	<b>GRUPO 14 – AUTOCLAVE FIXA</b>

## 6. Modelo de gestão do contrato

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

#### Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

#### Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

6.11. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III).

6.12. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

#### Fiscalização Administrativa

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.17. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.25. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. Critérios de medição e pagamento

7.1. Os serviços executados serão objeto de medição mensal, de acordo com os seguintes procedimentos:

7.1.1.No primeiro dia útil subsequente ao mês em que forem prestados os serviços, a CONTRATADA entregará relatório contendo os quantitativos totais de cada um dos tipos de serviços realizados e os respectivos valores apurados. O relatório deverá estar assinado pelo responsáveis dos respectivos setores em que se encontram os equipamentos, atestando a sua execução e deverão estar de acordo com o cronograma pré estabelecido para aquele mês (item 5.4 deste termo), bem como os atendimentos aos chamados de manutenções corretivas, devendo o fiscal do contrato atestar o seu cumprimento..

7.1.2.A CONTRATANTE solicitará à CONTRATADA, na hipótese de glosas e/ou incorreções de valores, a correspondente retificação objetivando a emissão da nota fiscal/fatura.

7.1.3.Serão considerados somente os serviços efetivamente realizados e apurados da seguinte forma:

a) O valor dos pagamentos será obtido mediante a aplicação dos preços unitários contratados às correspondentes quantidades de serviços efetivamente executados CONFORME A QUANTIDADE DE MANUTENÇÕES PREVENTIVAS PARA CADA EQUIPAMENTO REALACIONADO NO ITEM 8.4. DESTE INSTRUMENTO - CRONOGRAMA MENSAL - , aplicando-se eventual desconto em função da pontuação obtida no Relatório de Avaliação da Qualidade dos Serviços, se for o caso;

b) A realização dos descontos indicados na alínea “a” não prejudica a aplicação de sanções à CONTRATADA em virtude da inexecução dos serviços.

7.1.4.Após a conferência dos quantitativos e valores apresentados, a CONTRATANTE atestará a medição mensal, no prazo de \_02 (duas) dias úteis contados do recebimento do relatório, comunicando à CONTRATADA o valor aprovado e autorizando a emissão da correspondente nota fiscal/fatura.

Do recebimento

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 02 (dois) dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, ‘a’, da Lei nº 14.133, de 2021 e arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará [a periodicidade mensal] / , o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato..

7.8.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.8.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.8.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

7.8.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.8.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.9. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.10. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.10.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII);

7.10.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.10.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.10.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.10.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.12. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### Liquidação

7.14. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.14.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.15. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

7.15.1. o prazo de validade;

7.15.2. a data da emissão;

7.15.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.15.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.15.5. o valor a pagar; e

7.15.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.16. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.17. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.18. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.19. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.20. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.21. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.23. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

#### Prazo de pagamento

7.24. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, inciso II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.25. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

#### Forma de pagamento

7.26. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.26.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.27. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.28. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.28.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.29. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 8. Forma e critérios de seleção e regime

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade \_PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo [MENOR PREÇO ].

#### Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será de empreitada por preço unitário.

#### Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

#### Habilitação jurídica

8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.12. [Ato de autorização para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.]

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

#### Qualificação Técnica

8.24. "Certidão de Responsabilidade Técnica de Pessoa Jurídica", emitida pelo CREA, comprovando suas atividades para atendimento do objeto da presente contratação;

8.24.1. "Certidão de Responsabilidade Técnica do(s) Profissional(ais)", emitida pelo CREA, comprovando as atribuições para atendimento do objeto da presente contratação;

8.24.1.1. O profissional deverá fazer parte do quadro permanente do licitante na condição de empregado, sócio, diretor, ou empresário com contrato de prestação de serviços, o que deverá ser comprovado mediante a apresentação de contrato social atualizado, anotações da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social ou contrato de trabalho, ou, no caso de prestador de serviços, do respectivo contrato de prestação de serviços;

8.24.2. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista na subdivisão acima por meio da apresentação, no momento da celebração da contratação, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil;

8.25. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

8.25.1. Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):

8.25.1.1. Identificação da entidade emitente, com razão social, CNPJ, endereço completo e dados para contato;

8.25.1.2. Descrição dos serviços fornecidos;

8.25.1.3. Assinatura e identificação da pessoa física responsável pela emissão (nome completo e cargo exercido na entidade);

8.25.1.4. Data e local de emissão;

8.25.1.5. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes"

8.25.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante;

8.25.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

8.26. Declaração subscrita por representante legal da licitante, informando que ela reúne condições de disponibilizar pessoal técnico adequado e capacitado, bem como ferramental, equipamentos e materiais necessários à realização do objeto contratual

#### Outras comprovações

8.27. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso;

8.28. Tratando-se de consórcio:

8.28.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

a) Designação do consórcio e sua composição;

b) Finalidade do consórcio;

c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;

d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;

e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;

f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;

g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;

h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea "c" desta subdivisão;

8.28.2. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição;

8.28.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.28.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.29 Tratando-se de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.29.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764, de 1971;

8.29.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.29.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.29.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.29.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; 8.32.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.29.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

## 9. Estimativas do valor da contratação

*[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: 9.3. O valor estimado da contratação tem caráter sigiloso e não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.]*

## 10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 090182;

II) Fonte de Recursos TESOURO;

III) Programa de Trabalho:10302093048500000

IV) Elemento de Despesa: 339039;

V) Plano Interno: 090606;

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

---

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável



# 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ANDREZA TURINO RODRIGUES**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 09/02/2026 às 13:46:33.*

**MICHELA CRISTINA GAVIOLI PINTO**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 10/02/2026 às 08:38:25.*

**JOSE RICARDO BOMBINI**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 10/02/2026 às 15:26:37.*

ESP-INST. LAURO DE SOUZA LIMA, EM BAURU

## Estudo Técnico Preliminar 77/2025

### 1. Informações Básicas

Número do processo: 024.00055632/2025-90

### 2. Descrição da necessidade

Manutenção preventiva/corretiva equipamentos Centro Cirúrgico

#### Justificativa

Com vistas a atender as boas práticas na rotina da Central de Material e Esterilização -CME, respeitando a legislação vigente, RDC 15/2012, que regulamenta e estabelece os requisitos do processamento de produtos para a saúde de acordo visando a segurança do paciente e dos profissionais envolvidos, este estudo técnico preliminar trata da contratação de serviços/peças para aplicação da manutenção preventiva/corretiva de bens permanentes deste Instituto, conforme tabela abaixo.

Ainda cabe ressaltar que o órgão de Vigilância Sanitária local, em suas visitas de fiscalização, solicita a apresentação do contrato de manutenção desses equipamentos, sendo que a sua não apresentação gera notificações ao Instituto para sua regularização.

#### Justificativa da necessidade

2.1. A contratação em questão se faz necessária para que sejam realizadas manutenções preventivas dos aparelhos acima mencionados, para garantir maior segurança ao paciente; bom funcionamento e manutenção de bens.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Divisão de Enfermagem	Michela Cristina Gavioli Pinto

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

#### Sustentabilidade

4.1. Não se aplica

#### Garantia da contratação

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.3. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

## 5. Levantamento de Mercado

Após levantamento de mercado, resta-nos como opção a contratação de empresa terceirizada, sendo a mesma especializada na realização dos serviços com técnicos treinados e capacitados a fim de garantir a qualidade e bom funcionamento dos equipamentos, visando garantir a segurança no atendimento aos pacientes e funcionários. Esclarecemos ainda que o Instituto não possui em seu quadro de funcionários, pessoal qualificado para a execução dos serviços objeto deste estudo.

Reforce-se ainda que a contratação de empresa terceirizada para a realização de serviços de manutenção em equipamentos médico-hospitalares é um procedimento comum no serviço público.

## 6. Descrição da solução como um todo

### 1. MANUTENÇÃO PREVENTIVA:

1.1 Com base em um sistema de gerenciamento de serviços de manutenção, a CONTRATADA, de comum acordo com a CONTRATANTE, deverá implantar um programa de manutenção mensal com o objetivo de manter a qualidade funcional dos equipamentos, bem como sua conservação física, mantendo-os operando dentro dos padrões técnicos exigidos.

1.2 Os serviços de manutenção preventiva deverão prever **visitas programadas**, em dias e horários úteis, previamente agendadas com o responsável da Contratante, e serem efetuadas por técnicos especializados e habilitados para a realização dos serviços, afim de evitar a desativação dos equipamentos.

### 1.3. MANUTENÇÃO CORRETIVA:

1.3.1 Será toda a paralisação não programada, ocasionada por falhas próprias dos equipamentos e/ou instalações.

Ocorrerá em duas situações:

- Equipamento parado: deverá haver um atendimento imediato para o restabelecimento da operação no menor tempo possível.

- Equipamento funcionando em condição anormal: deverá ser executado o levantamento dos materiais e peças de reposição e informado à CONTRATANTE para a programação do serviço de reparo, sem a alteração das atividades de manutenção preventiva.

1.3.2 Para estas situações, deverá ser disponibilizada uma equipe de trabalho em **plantão de 24 horas**, devidamente qualificada para resolução de problemas emergenciais.

1.3.3 A Contratada deverá disponibilizar dois telefones celulares e um fixo para contato com o profissional de plantão, 24 (vinte e quatro) horas, para atendimento de situações emergenciais.

1.3.4 **Nos casos de manutenção corretiva**, o prazo máximo para chegada do técnico para verificação das falhas não poderá ser superior a 12 (doze) horas, contados a partir da hora de chamada. A manutenção corretiva deverá ser realizada em até 48 (quarenta e oito) horas, salvo motivo devidamente justificado (ex.: troca de peças) e aceito pela CONTRATANTE.

1.3.5 Havendo necessidade técnica de remoção do equipamento para as oficinas da CONTRATADA ou até mesmo para as oficinas do fabricante do equipamento, a mesma somente poderá ser efetuada mediante prévia comunicação e **autorização do Setor de Patrimônio da CONTRATANTE**, mediante o preenchimento de impresso próprio, sendo que os custos decorrentes de seguro e transporte ficarão a cargo da CONTRATADA.

#### **4. DAS ROTINAS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA / CORRETIVA:**

##### **4.1 GRUPO 5 (ASPIRADOR CIRÚRGICO)**

###### **► Manutenção Preventiva – uma visita a cada três meses:**

- Limpeza a cada utilização com pano úmido e sabão (umidificar com água o hipoclorito de sódio diluído em água a 0,5%).
- A cada 3 meses é recomendado a troca do filtro hidrofóbico.
- Limpeza interna do equipamento e da tubulação.
- Lubrificação dos componentes.
- Verificação dos desgastes nos rodízios, condições do cabo de alimentação, pintura, motocompressores e válvula de segurança de transbordamento.
- Verificação do tubo de vácuo e vacuômetro;
- Substituição de fusíveis.
- Teste de segurança elétrica.
- Testes funcionais do equipamento.
- Outras indicadas pelo fabricante, observadas as marcas respectivas.

###### **► Manutenção Corretiva – sem limite para solicitações de visitas:**

- Conserto da parte elétrica, motor elétrico, troca de peças mecânicas, tubulações, frasco coletor, peças e acessórios em geral.

**► Manutenção Preventiva – uma visita a cada três meses:**

- Verificação de controles de potência.
- Verificação das saídas para conexões.
- Verificação do pedal de acionamento.
- Verificação da caneta (manual ou por comando por pedal).
- Verificação do sistema de alarme.
- Verificação dos fusíveis.
- Verificação do aterramento.
- Verificação do funcionamento e integridade do indicador/lâmpada piloto.
- Aferição da saída de corte e coagulação.
- Calibração do equipamento.
- Teste de segurança elétrica.
- Outras indicadas pelo fabricante, observadas as marcas respectivas.

**► Manutenção Corretiva – sem limite para solicitações de visitas:**

- Consistirá no conserto do equipamento que apresentar um defeito que não foi possível a previsão, como a queima de uma placa eletrônica, de uma resistência, de um sensor, ou ainda, pelo defeito ocorrido através do uso ou da vida útil do equipamento e de suas respectivas peças.

- Calibração do equipamento, quando necessário.

**► Manutenção Preventiva – uma visita a cada três meses:**

- Revisão elétrica, com inspeções periódicas no cabo de alimentação, nos cabos e nos conectores, observando eventuais rupturas do isolamento ou dos condutores internos.
- Teste de seleção de energia (2 a 360 JOULES).
- Teste de carga.
- Teste de descarga (painel e eletrodo).
- Teste de anulação de carga.
- Verificação e reparo da impressora termo.
- Revisão do painel, com verificação e ajustes.

- Revisão da placa de controle.
- Verificação das condições do gabinete (se está íntegro ou apresenta rachaduras, sujeiras).
- Verificação das condições da bateria (se está carregada ou não).
- Verificação dos acessórios necessários para seu uso (eletrodos adulto e/ou pediátrico).
- Testes funcionais.
- Teste de segurança elétrica.
- Outras indicadas pelo fabricante, observadas as marcas respectivas.

► **Manutenção Corretiva** – sem limite para solicitações de visitas:

- Consistirá no conserto do equipamento que apresentar um defeito que não foi possível a previsão, como a queima de uma placa eletrônica, de uma resistência, de um sensor, ou ainda, pelo defeito ocorrido através do uso ou da vida útil do equipamento e de suas respectivas peças.
- Calibração do equipamento, quando necessário.

#### 5.4 **GRUPO 9 (ELETROCARDIOGRAFOS)**

► **Manutenção Preventiva** – uma visita a cada três meses:

- Medida da isolação elétrica do equipamento e medida de corrente de fuga.
- Verificação do cabo/conector (plug) de alimentação e do cabo paciente.
- Teste de vibração.
- Verificação do desvio da caneta.
- Verificação das correias.
- Revisão da impressora.
- Limpeza Geral.
- Verificação da integridade do chassi.
- Verificação da integridade do painel.
- Verificação do funcionamento e integridade dos botões de comando.
- Verificação do funcionamento e integridade do ecrã (display) ou tela.
- Verificação da integridade e limpeza do sensor/transdutor.
- Verificação dos cabos e conectores do sensor/transdutor.

- Aferição da calibração e teste de funcionamento com onda simulada.
- Outras indicadas pelo fabricante do equipamento, observadas as marcas respectivas.

► **Manutenção Corretiva** – sem limite para solicitações de visitas:

- Consistirá no conserto do equipamento que apresentar um defeito que não foi possível a previsão, como a queima de uma placa eletrônica, de uma resistência, de um sensor, ou ainda, pelo defeito ocorrido através do uso ou da vida útil do equipamento e de suas respectivas peças.

## 5.5 **GRUPO 10 (FOCOS CIRÚRGICOS)**

► **Manutenção Preventiva** – uma visita a cada três meses:

- Verificação do cabo/conector (plug) de alimentação.
- Limpeza geral.
- Teste do equipamento.
- Integridade do chassi.
- Integridade da estrutura da cabeça da(s) lâmpada(s) e braço(s).
- Funcionamento do controle da luminosidade.
- Funcionamento e integridade de indicador/lâmpada piloto.
- Limites rotacionais.
- Integridade dos vidros e lentes.
- Fixação da(s) lâmpada(s).
- Integridade do pedestal/manoplas.
- Funcionamento e integridade dos rodízios.
- Revisão do sistema elétrico.
- Verificação das cúpulas.
- Verificação do painel de controle.
- Lubrificação e regulagem das articulações.
- Substituição de bateria.
- Outras indicadas pelo fabricante, observadas as marcas respectivas.

► **Manutenção Corretiva** – sem limite para solicitações de visitas:

- Consistirá no conserto do equipamento que apresentar um defeito que não foi possível a previsão, como a queima de uma placa eletrônica, de uma resistência, de uma lâmpada, de um sensor, ou ainda, pelo defeito ocorrido através do uso ou da vida útil do equipamento e de suas respectivas peças.

#### **4.6**                    **GRUPO 11 (MESAS CIRÚRGICAS)**

► **Manutenção Preventiva** – uma visita a cada três meses:

- Verificação do funcionamento do sistema hidráulico.
- Verificação do funcionamento do sistema elétrico.
- Lubrificação de componentes.
- Troca do óleo hidráulico.
- Substituição de bateria.
- Serviço de troca de estofamento.
- Ajuste de mecanismo.
- Revisão geral e testes funcionais.
- Limpeza do equipamento.
- Verificação dos cabos e controles.
- Teste de segurança elétrica.
- Outras indicadas pelo fabricante, observadas as marcas respectivas.

► **Manutenção Corretiva** – sem limite para solicitações de visitas:

- Conserto da parte elétrica, motor elétrico, troca de peças mecânicas, tubulações, peças e acessórios em geral.

#### **4.7.**                    **GRUPO 12 (MONITORES MULTIPARAMETROS)**

► **Manutenção Preventiva** – uma visita a cada três meses:

- Verificação do cabo/conector (plug) de alimentação.
- Limpeza geral.
- Teste do equipamento.
- Integridade do chassi.
- Integridade do painel.
- Funcionamento e integridade dos botões de comando.



- Funcionamento e integridade do ecrã (display) ou tela.
- Integridade e limpeza do sensor/transdutor.
- Cabos e conectores do sensor/transdutor.
- Verificação do funcionamento com onda simulada.
- Verificação de parâmetros.
- Substituição de fusíveis e bateria.
- Revisão e calibragem dos módulos de capnografia, da pressão arterial não invasiva, da oximetria, da cardioscopia, do display frontal, do probe do oxímetro, do sistema de alarme, dos botões de controle.
- Teste de segurança elétrica.
- Outras indicadas pelo fabricante do equipamento, observadas as marcas respectivas.

► **Manutenção Corretiva** – sem limite para solicitações de visitas:

- Consistirá no conserto do equipamento que apresentar um defeito que não foi possível a previsão, como a queima de uma placa eletrônica, de uma resistência, de um sensor, ou ainda, pelo defeito ocorrido através do uso ou da vida útil do equipamento e de suas respectivas peças.
- Calibração do equipamento, quando necessário.

#### 4.8. GRUPO 13 **(MACAS HOSPITALARES ELÉTRICAS)**

► **Manutenção Preventiva** – uma visita a cada seis meses:

- Verificação do cabo/conector (plug) de alimentação.
- Limpeza e higienização externa.
- Lubrificação dos eixos.
- Verificação das funções de elevação, abaixamento e inclinação do encosto, estofamento, executando reformas.
- Teste do equipamento.
- Integridade do chassi.
- Verificação do funcionamento das lâmpadas do foco de luz.
- Limpeza da lente de proteção.
- Verificação do sistema de ajuste de intensidade luminosa com registro das medições a 1M.
- Ajustes do pega mão.
- Ausência de vibração anormal.
- Outras indicadas pelo fabricante, observadas as marcas respectivas.

► **Manutenção Corretiva** – sem limite para solicitações de visitas:

- Troca de peças e acessórios, quando necessário.

**4.9. (AUTOCLAVES)**

► **Manutenção Preventiva** – uma visita a cada três meses.

- Inspeção visual (verificação de avarias em toda estrutura física, incluindo gabinete, acessórios, conexões, dispositivos e painel.
- Inspeção no sistema elétrico, cabo de alimentação, tomada, fixação mecânica do cabo e terminal de aterramento, observando eventuais fugas de corrente, rupturas de isolamento ou dos condutores internos.
- Inspeção visual da caldeira com verificação e correção de vazamentos em todo sistema hidráulico.
- Limpeza das válvulas e purgadores.
- Limpeza e troca de filtros.
- Verificação da corrente elétrica e das resistências.
- Ajustes dos instrumentos de leitura de pressão, temperatura, termostatos, pressostatos, válvulas de segurança solenóide e controladora.
- O erro na medição da temperatura não deve exceder 0,5°C e o da pressão não deve exceder  $\pm 8$  MBAR /  $\pm 0.8$  KPA /  $\pm 0.115$  PSI dentro de um intervalo 0-1 BAR(A) / 0-100 KPA(A);
- Lubrificação.
- Verificação de temporizador, pressão e temperatura.
- Reapertar todos os contatos elétricos.
- Troca das membranas e refil da osmose reversa.
- Verificação de todos os componentes eletrônicos (impressora, painel numérico, menu eletrônico).
- Manutenção/troca de borracha de vedação das portas e saída de material.
- Outras indicadas pelo fabricante, observadas as marcas respectivas.

► **Manutenção Corretiva** – sem limite para solicitações de visitas:

- Conserto do equipamento que apresentar um defeito onde não foi possível a previsão, como a queima de uma placa eletrônica, de uma resistência, de um sensor, ou ainda, pelo defeito ocorrido através do uso ou da vida útil do equipamento e suas respectivas peças.

**5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA EMPRESA:**

- a) Possuir Registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, que tenha atuação no local em que os serviços serão prestados.

b) Possuir Registro ou inscrição do profissional técnico responsável pela execução dos serviços, no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, que tenha atuação no local em que os serviços serão prestados.

c) Possuir atestados de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem quantitativos de 50% (cinquenta por cento) do objeto da licitação. Esses atestados deverão conter, necessariamente, a especificação dos serviços executados e o prazo de execução. Serão admitidos os somatórios de atestados, sem restrição quanto à concomitância dos períodos dos contratos;

d) Possuir Equipe Técnica composta por profissionais qualificados/habilitados para a execução dos serviços.

## **6. GERENCIAMENTO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO:**

**6.1** A CONTRATADA deverá implantar e manter um sistema de gerenciamento dos serviços de manutenção, utilizando-se de métodos informatizados, os quais fornecerão no mínimo os seguintes parâmetros:

### **- Cadastramento dos equipamentos**

- Identificação
- Características Técnicas
- Posição / Localização

### **- Programação das manutenções preventivas mensais - CRONOGRAMA**

### **- Controle das manutenções corretivas**

### **- Histórico dos equipamentos (banco de dados, ocorrências)**

### **- Emissão de relatórios gerenciais mensais de controle**

### **- Controle de custos**

- Mão de obra
- Materiais de aplicação (custos de peças de reposição)
- Outros gastos eventualmente executados

**6.2** Esse sistema informatizado de gerenciamento deverá ser implantado no prazo de até 60 (sessenta) dias após a data da assinatura do contrato.

## **7. FISCALIZAÇÃO:**

Os serviços terão supervisão permanente da empresa CONTRATADA.

O gerenciamento do contrato será executado por responsável designado pela CONTRATANTE.

É vedada à CONTRATADA sem prévia autorização da fiscalização, proceder a alterações nos serviços de qualquer natureza.

Quaisquer modificações ou providências necessárias à adequação nos serviços a casos imprevistos, de modo a superar falhas ou omissões, deverão ser solicitadas por escrito, à fiscalização.

A equipe de fiscalização do Instituto ou seu preposto terá plenos poderes para:

a) Solicitar a imediata remoção do local dos serviços de todo e qualquer material que não atenda aos elementos dos serviços, especificações e/ou normas técnicas aplicáveis, considerando-se o escopo dos serviços ora contratados.

b. Embargar a continuação dos serviços que estejam sendo executados em desacordo com os elementos dos serviços e/ou contra as normas técnicas aplicáveis, ou ainda, em desacordo com as Normas de Segurança.

c) Solicitar, sem qualquer ônus para o Instituto, a re-execução dos serviços, sempre que os equipamentos se apresentarem defeituosos ou em desacordo com os elementos dos serviços e especificações, ou ainda, que atente contra a segurança ou bens da Proprietária, ou do Instituto, ou de terceiros.

d) Designar os locais para entrega das peças e componentes retirados dos equipamentos, onde se realizarem os serviços, de propriedade do Instituto.

e) Solicitar da CONTRATADA o ressarcimento do valor da peça ou equipamento que por imperícia ou imprudência do funcionário da CONTRATADA for danificada, inutilizada ou quebrada.

f) Prestar esclarecimentos sobre as circunstâncias em que foram observadas as irregularidades e/ou defeitos no funcionamento dos equipamentos.

g) Colocar a disposição da CONTRATADA as informações técnicas que dispõe dos equipamentos, incluindo manuais, plantas e dados sobre os serviços executados.

h) Permitir a execução de serviços nas oficinas da CONTRATADA sempre que houver impossibilidade de reparos no local de instalação.

## **8. FORNECIMENTO DE PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS:**

O fornecimento de peças e componentes não está incluso no Contrato.

Os serviços de substituição de peças e componentes serão executados pela CONTRATADA, sendo de responsabilidade da CONTRATANTE providenciar a sua aquisição e a posterior entrega das peças /componentes à CONTRATADA para a realização dos serviços.

Os serviços de reposição de materiais e peças substituídos somente serão considerados a contento, após testes e aprovação da CONTRATANTE, com um período mínimo de funcionamento, conforme cada caso.

As peças substituídas deverão ser necessariamente entregues à CONTRATANTE.

Todo o transporte de equipamentos para a as oficinas da Contratada para a realização de serviços de manutenção deverá ser previamente comunicado ao Gestor do Contrato, sem que esse procedimento represente qualquer tipo de ônus ao CONTRATANTE.

## **9. FORNECIMENTO DE FERRAMENTAL, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE CONSUMO:**

- A CONTRATADA deverá fornecer todos os equipamentos, ferramentais e materiais de consumo para o desenvolvimento dos serviços, entre eles:

- c. Materiais de consumo: óleos, graxas (lubrificantes em geral), estopa, algodão, removedores de graxa (desengraxantes), materiais de limpeza e desinfecção para equipamentos, etc.
- d. Ferramental básico: Todo ferramental necessário para o bom desenvolvimento da manutenção, uma vez que o serviço deve ter garantia da Contratada e todo ferramental deve estar com sua calibração validada.

- Deverão ainda ser fornecidos pela CONTRATADA os EPI's (equipamentos de proteção individual) e EPC's (equipamentos de proteção coletiva) referente à segurança do trabalho, sem nenhuma despesa por parte do Instituto.

## **10. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

10.1 Os serviços de manutenção preventiva deverão ser realizados em dias e horários úteis, previamente agendados com o responsável da Contratante, e serem realizados através de técnicos qualificados, devidamente registrados como empregados da Contratada. Esses técnicos deverão trabalhar uniformizados e utilizarem o(s) EPI(s) adequado(s) para a atividade a ser exercida.

10.2 Esses profissionais estão definidos para garantir um padrão de atendimento compatível com o volume de equipamentos e serviços, garantindo uma boa qualidade operacional dos equipamentos.

10.3 A disponibilização desses profissionais não está caracterizada como fornecimento de mão de obra.

10.4 Serviços específicos de manutenção corretiva a serem efetuados nas áreas críticas, dentre elas Centro Cirúrgico, deverão ser agendados com antecedência para efeito de liberação dos equipamentos, podendo nesses casos os serviços serem executados em horários especiais, fora do horário comercial, não incorrendo em ônus adicionais.

10.5 Periodicamente caberá à CONTRATADA avaliar o estado de funcionamento dos equipamentos, apresentando relatório mensal ao Gestor do Contrato, com todas as observações pertinentes.

10.6 Não se inclui neste contrato a reforma dos equipamentos ou modificações técnicas de funcionamento do sistema, assim como serviços de torno e solda, ou qualquer outro tipo de serviço corretivo relacionado às câmaras de pressão das autoclaves; a porta ou a estrutura das autoclaves, ou ainda, a qualquer prestação de serviço que haja a necessidade de terceirização de mão de obra.

10.7 **A cada visita de manutenção preventiva/corretiva, deverá a CONTRATADA adotar os seguintes procedimentos:**

- a. Identificar os equipamentos submetidos à manutenção, através da fixação de etiquetas adesivas, contendo a data da visita técnica;
- b. Colher assinatura do responsável pela área visitada, bem como do técnico da empresa, nas respectivas ordens de serviço;
- c. Não retirar nenhum equipamento do seu local de instalação, para manutenção em oficina externa, sem prévia autorização do Setor de Patrimônio do Instituto.

## **11. ATUALIZAÇÕES:**

A CONTRATADA deverá promover atualizações periódicas aos seus funcionários, o que é justificado em função de mantê-los sempre informados para garantir a correta manutenção dos equipamentos, instalações e novos materiais de mercado.

Deverá promover também, atualizações aos usuários do Instituto justificando-se este procedimento de forma que haverá uma melhor utilização correta dos equipamentos em todos os seus recursos e a conseqüente diminuição do índice de defeitos e quebras decorrentes de utilização inadequada.

12. DA RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS:

TABELA DE QUANTITATIVOS E LOCAIS

GRUPO 1 – EQUIPAMENTOS PARA CENTRO CIRÚRGICO

OXÍMETRO DE MESA

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	Nº PATRIM/ Nº SÉRIE	LOCALIZAÇÃO
01	OXÍMETRO DE MESA	New MED MODELO OXILAINÉ	PAT 13748	CENTRO CIRÚRGICO
02	OXÍMETRO DE MESA	Shenzen/ MODELO PC66B	PAT 17124	CENTRO CIRÚRGICO
03	OXÍMETRO DE MESA	Shenzen/ MODELO PC66B	PAT 17125	CENTRO CIRÚRGICO

GRUPO 2 – EQUIPAMENTOS PARA CENTRO CIRÚRGICO

GARROTE PNEUMÁTICO

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	Nº PATRIM/ Nº SÉRIE	LOCALIZAÇÃO
01	GARROTE PNEUMÁTICO	ITS-MC/ Modelo: 1 Canal	PAT 16719	CENTRO CIRÚRGICO

GRUPO 3 – EQUIPAMENTOS PARA CENTRO CIRÚRGICO

MICROSCÓPIO CIRÚRGICO

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	Nº PATRIM/ Nº SÉRIE	LOCALIZAÇÃO
01	MICROSCÓPIO CIRÚRGICO	OLYMPUS OME5000	PAT 12008/ série 806003	CENTRO CIRÚRGICO

GRUPO 4 – EQUIPAMENTOS PARA CENTRO CIRÚRGICO

ELETROCAUTÉRIO

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	Nº PATRIM/ Nº SÉRIE	LOCALIZAÇÃO
01	ELETROCAUTÉRIO	DIGITAL WAVETRONIC	série10362610020 série BTNW-WM	AMBULATÓRIO SALA DE BIÓPSIA

GRUPO 5 – EQUIPAMENTOS PARA CENTRO CIRÚRGICO

ASPIRADOR CIRÚRGICO

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	Nº PATRIM/ Nº SÉRIE	LOCALIZAÇÃO
01	ASPIRADOR CIRÚRGICO	GIGANTE	<u>PAT 13810</u>	UIA
02	ASPIRADOR CIRÚRGICO	GIGANTE	<u>PAT 13809</u>	UIG
03	ASPIRADOR CIRÚRGICO		PAT 17143	AMBULATÓRIO SALA DE REPOUSO
04	ASPIRADOR CIRÚRGICO	TAKAOKA	<u>PAT 12802</u>	CENTRO CIRÚRGICO C16
05	ASPIRADOR CIÚRGICO	FANEM	<u>PAT 16704</u>	CENTRO CIRÚRGICO
06	ASPIRADOR CIRÚRGICO	ASPIRATEX	<u>PAT 16892</u>	CENTRO CIRÚRGICO

GRUPO 6 – EQUIPAMENTOS PARA CENTRO CIRÚRGICO

BISTURI ELETRÔNICO

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	Nº PATRIM/ Nº SÉRIE	LOCALIZAÇÃO
01	BISTURI ELETRÔNICO	WEM	<u>PAT 17136</u>	CENTRO CIRÚRGICO SALA 2
02	BISTURI ELETRÔNICO	WEM	<u>PAT 13978</u>	AMBULATÓRIO



03	BISTURI ELETRÔNICO	WAVETRONIC	<u>PAT 14599</u>	AMBULATÓRIO
04	BISTURI ELETRÔNICO	WAVETRONIC	<u>PAT 14598</u>	C12 PROCEDIMENTO
05	BISTURI ELETRÔNICO	WEM	<u>PAT 13829</u>	CENTRO CIRÚRGICO
06	BISTURI ELETRÔNICO	DELTRONIX	<u>PAT 12916</u>	CENTRO CIRÚRGICO
			Nº série	
07	BISTURI ELETRÔNICO	WAVETRONIC	TBZB-DG	AMBULATÓRIO

#### GRUPO 7 – EQUIPAMENTOS PARA CENTRO CIRÚRGICO

##### CARDIOVERSOR

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	Nº PATRIM/ Nº SÉRIE	LOCALIZAÇÃO
02	CARDIOVERSOR/ DESFIBRILADOR	PHILIPS	PAT 16634	UIG

#### GRUPO 8 – EQUIPAMENTOS DE CARDIOLOGIA

##### DESFIBRILADOR

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	Nº PATRIM/ Nº SÉRIE	LOCALIZAÇÃO
01	DESFIBRILADOR	CMOS DRAKE	PAT 14935	CENTRO CIRÚRGICO
02	DESFIBRILADOR	PHILIPS	PAT 16635	AMBULATÓRIO

#### GRUPO 9 – EQUIPAMENTOS PARA TERAPIA INTENSIVA

##### ELETROCARDIOGRAFO

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	Nº PATRIM/	LOCALIZAÇÃO
------	-----------	-------	------------	-------------

**Nº SÉRIE**

01	ELETROCARDIOGRAFO	DIXTAL	<u>PAT 14422</u>	AMBULATÓRIO
02	ELETROCARDIOGRAFO	COMEN	<u>PAT 16696</u>	UIG
03	ELETROCARDIOGRAFO	COMEN	<u>PAT 16697</u>	CENTRO CIRÚRGICO

**GRUPO 10 – EQUIPAMENTOS PARA CENTRO CIRÚRGICO****FOCO CIRÚRGICO**

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	Nº PATRIM/ Nº SÉRIE	LOCALIZAÇÃO
01	FOCO AUXILIAR	MED PEJ	<u>PAT 14135</u>	CENTRO CIRÚRGICO
02	FOCO AUXILIAR	NC	<u>PAT 10643</u>	AMBULATÓRIO SALA 08 CURATIVO
03	FOCO AUXILIAR	NC	<u>PAT 11109</u>	CENTRO CIRÚRGICO C16
04	FOCO AUXILIAR	MED PEJ	<u>PAT 0089F</u>	CENTRO CIRÚRGICO
05	FOCO AUXILIAR	MED PEJ	<u>PAT 0090F</u>	CENTRO CIRÚRGICO
06	FOCO AUXILIAR	MED PEJ	<u>PAT 1034</u>	CENTRO CIRÚRGICO
07	FOCO AUXILIAR	MED PEJ	<u>PAT 15717</u>	AMBULATÓRIO SALA BIÓPSIA
08	FOCO CIRÚRGICO	SISMATEC	<u>PAT 16863</u>	AMBULATÓRIO SALA BIÓPSIA
09	FOCO CIRÚRGICO	SISMATEC	<u>PAT 16864</u>	PROCEDIMENTO C16

**GRUPO 11 – EQUIPAMENTOS PARA CENTRO CIRÚRGICO****MESA CIRÚRGICA**

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	Nº PATRIM/ Nº SÉRIE	LOCALIZAÇÃO
01	MESA CIRÚRGICA	BARRFAB	PAT 12801	B13 - UIB

02	MESA CIRÚRGICA	BARRFAB	PAT 13938	CENTRO CIRÚRGICO
03	MESA CIRÚRGICA	BARRFAB	PAT 14863	CENTRO CIRÚRGICO

## GRUPO 12 – EQUIPAMENTOS PARA TERAPIA INTENSIVA

### MONITORES MULTIPARÂMETROS (11113-9)

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	Nº PATRIM/ Nº SÉRIE	LOCALIZAÇÃO
01	MONITOR MULTIPARÂMETRO	DIXTAL	<u>PAT 13811</u>	CENTRO CIRÚRGICO
02	MONITOR MULTIPARÂMETRO	MINDRAY	<u>PAT 16711</u>	CENTRO CIRÚRGICO
03	MONITOR MULTIPARÂMETRO	WORED LIFE	<u>PAT 16870</u>	CENTRO CIRÚRGICO
04	MONITOR MULTIPARÂMETRO	WORED LIFE	<u>PAT 16871</u>	CENTRO CIRÚRGICO

## GRUPO 13 – EQUIPAMENTOS PARA CENTRO CIRÚRGICO

### POLTRONA HOSPITALAR

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	Nº PATRIM/ Nº SÉRIE	LOCALIZAÇÃO
01	POLTRONA/MACA HOSPITALAR	BKF	PAT 0169F	UIB
02	POLTRONA/MACA HOSPITALAR	RANSOR	<u>PAT 14059</u>	AMBULATÓRIO
03	POLTRONA/MACA HOSPITALAR	FERRANTE	<u>PAT 14545</u>	DEPÓSITO REAB
04	POLTRONA/MACA HOSPITALAR	FERRANTE	<u>PAT 14546</u>	DEPÓSITO REAB.
05	POLTRONA/MACA HOSPITALAR	FERRANTE	<u>PAT 14544</u>	SLA CURATIVO
06	POLTRONA/MACA HOSPITALAR	FERRANTE	<u>PAT 14736</u>	SALA CURATIVO
07	POLTRONA/MACA HOSPITALAR	RANSOR	<u>PAT 14058</u>	SALA BIÓPSIA

08	POLTRONA/MACA HOSPITALAR	FERRANTE	<u>PAT 14733</u>	PROCEDIMENTO
09	POLTRONA/MACA HOSPITALAR	FERRANTE	<u>PAT 14732</u>	UIB
10	POLTRONA/MACA HOSPITALAR	FERRANTE	<u>PAT 14737</u>	SALA CURATIVO
11	POLTRONA/MACA HOSPITALAR	FERRANTE	<u>PAT 14734</u>	SALA CURATIVO
12	POLTRONA/MACA HOSPITALAR	FERRANTE	<u>PAT 14735</u>	DEPÓSITO REAB.

#### EQUIPAMENTOS DE CENTRAL DE MATERIAL

##### AUTOCLAVE FIXA (3292-1)

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	Nº PATRIM/ Nº SÉRIE	LOCALIZAÇÃO
01	AUTOCLAVE	DABI ATLANTE	PAT 13394	AMBULATÓRIO
02	AUTOCLAVE	QUIMIS	PAT 15425	MICROBIOLOGIA
03	AUTOCLAVE	FABB	PAT 7590	BIOTÉRIO
04	AUTOCLAVE	PHOENIX	PAT 14755	BIOLOGIA MOLECULAR
05	AUTOCLAVE	QUIMIS	PAT 0838F	MIOLOGIA

#### 15.1. TOTAL DE EQUIPAMENTOS (RESUMO):

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO
01	03	Unid.	<b>GRUPO 1 – OXIMETRO DE MESA</b>
02	01	Unid.	<b>GRUPO 2 – GAROTE PNEUMÁTICO</b>
03	01	Unid.	<b>GRUPO 3 – MICROSCÓPIO CIRÚRGICO</b>

04	01	Unid.	<b>GRUPO 4 – ELETROCAUTÉRIO</b>
05	06	Unid.	<b>GRUPO 5 – ASPIRADOR CIRÚRGICO</b>
06	07	Unid.	<b>GRUPO 6 – BISTURI ELETRÔNICO</b>
07	01	Unid.	<b>GRUPO 7 – CARDIOVERSOR</b>
08	02	Unid.	<b>GRUPO 8 – DESFIBRILADOR</b>
09	01	Unid.	<b>GRUPO 09 - ELETROCARDIÓGRAFO</b>
10	09	Unid.	<b>GRUPO 10 – FOCO CIRÚRGICO</b>
11	03	Unid.	<b>GRUPO 11 - MESA CIRÚRGICA</b>
12	04	Unid.	<b>GRUPO 12 - MONITOR MULTIPARÂMETRO</b>
13	12	Unid.	<b>GRUPO 13 – POLTRONA (MACA) HOSPITALAR</b>
14	05	Unid.	<b>GRUPO 14 – AUTOCLAVE FIXA</b>

ITEM	QUANT EQUIPS.	QTDE DE MANUT. ANUAL	UNID	DESCRIÇÃO
01	03	2	Unid.	<b>GRUPO 1 – OXIMETRO DE MESA</b>
02	01	1	Unid.	<b>GRUPO 2 – GAROTE PNEUMÁTICO</b>
03	01	1	Unid.	<b>GRUPO 3 – MICROSCÓPIO CIRÚRGICO</b>
04	01	1	Unid.	<b>GRUPO 4 – ELETROCAUTÉRIO</b>
05	06	4	Unid.	<b>GRUPO 5 – ASPIRADOR CIRÚRGICO</b>
06	07	4	Unid.	<b>GRUPO 6 – BISTURI ELETRÔNICO</b>
07	01	4	Unid.	<b>GRUPO 7 – CARDIOVERSOR</b>
08	02	4	Unid.	<b>GRUPO 8 – DESFIBRILADOR</b>
09	03	4	Unid.	<b>GRUPO 09 - ELETROCARDIÓGRAFO</b>

10	09	4	Unid.	<b>GRUPO 10 – FOCO CIRÚRGICO</b>
11	03	4	Unid.	<b>GRUPO 11 - MESA CIRÚRGICA</b>
12	04	4	Unid.	<b>GRUPO 12 - MONITOR MULTIPARÂMETRO</b>
13	12	2	Unid.	<b>GRUPO 13 – POLTRONA (MACA) HOSPITALAR</b>
14	05	4	Unid.	<b>GRUPO 14 - AUTOCLAVE FIXA</b>

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades a serem adquiridas foram definidas com base nos bens permanentes a receberem manutenção preventiva ou corretiva, de acordo com referência temporal pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado.

### 15.1. TOTAL DE EQUIPAMENTOS (RESUMO):

ITEM	QUANT EQUIPS.	QTDE DE MANUT. ANUAL	UNID	DESCRIÇÃO
01	03	2	Unid.	<b>GRUPO 1 – OXIMETRO DE MESA</b>
02	01	1	Unid.	<b>GRUPO 2 – GAROTE PNEUMÁTICO</b>
03	01	1	Unid.	<b>GRUPO 3 – MICROSCÓPIO CIRÚRGICO</b>
04	01	1	Unid.	<b>GRUPO 4 – ELETROCAUTÉRIO</b>
05	06	4	Unid.	<b>GRUPO 5 – ASPIRADOR CIRÚRGICO</b>
06	07	4	Unid.	<b>GRUPO 6 – BISTURI ELETRÔNICO</b>
07	01	4	Unid.	<b>GRUPO 7 – CARDIOVERSOR</b>
08	02	4	Unid.	<b>GRUPO 8 – DESFIBRILADOR</b>
09	03	4	Unid.	<b>GRUPO 09 - ELETROCARDIOGRAFO</b>
10	09	4	Unid.	<b>GRUPO 10 – FOCO CIRÚRGICO</b>
11	03	4	Unid.	<b>GRUPO 11 - MESA CIRÚRGICA</b>

12	04	4	Unid.	<b>GRUPO 12 - MONITOR MULTIPARÂMETRO</b>
13	12	2	Unid.	<b>GRUPO 13 – POLTRONA (MACA) HOSPITALAR</b>
14	05	4	Unid.	<b>GRUPO 14 - AUTOCLAVE FIXA</b>

8. Estimativa do Valor da Contratação

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: Orçamento sigiloso com intenção de melhoras propostas, atendendo aos princípios da economicidade, competitividade, eficácia e para não frustrar a negociação entre pregoeiro e licitante com a melhor proposta]

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Devido a natureza dos serviços, consideramos que o parcelamento não é técnica e economicamente viável, não representando ainda perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU).

No caso em questão, a divisão dos serviços acarretaria o aumento da burocracia, custos administrativos adicionais e perda da economia de escala, além de colocar em risco a execução integrada e ininterrupta dos serviços essenciais ao Instituto. Sendo assim, s serviços devem ser prestados por único Contratado.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação encontra-se registrado no PCA nº 126

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Atendimento às necessidades de assistência ao equipamento para atenção segura aos usuários da instituição e atendimento à exigência da Vigilância Sanitária.

13. Providências a serem Adotadas

Não existem providências decorrentes para esta administração no que se refere a aquisição dos itens mencionados.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Os impactos ambientais existentes são gerenciados por controle e separação de resíduos hospitalares de acordo com as características de sua infectividade ou não, existindo dentro da Instituição o Plano de Gerenciamento de Resíduos Hospitalares.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: ciência e acompanhamento

**MICHELA CRISTINA GAVIOLI PINTO**

Diretor Técnico de Saúde II



*Assinou eletronicamente em 07/11/2025 às 09:26:11.*

**ANDREZA TURINO RODRIGUES**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 07/11/2025 às 09:17:55.*



ESP-INST. LAURO DE SOUZA LIMA, EM BAURU

## Contrato 4/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
4/2026	90182-ESP-INST. LAURO DE SOUZA LIMA, EM BAURU	ANDREZA TURINO RODRIGUES	26/02/2026 11:17 (v 0.5)
Status			
CONCLUIDO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	143/2026	024.00055632/2025-90

## 1. Cláusula primeira - do objeto

## INSTITUTO "LAURO DE SOUZA LIMA"

(Processo Administrativo nº 024.00055632/2025-90)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../26, CELEBRADO ENTRE O(A) **ESTADO DE SÃO PAULO** POR INTERMÉDIO DO(A) INSTITUTO "LAURO DE SOUZA LIMA" DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DA COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE E .....

O Estado de São Paulo / [Entidade com personalidade jurídica], por intermédio do(a) **INSTITUTO "LAURO DE SOUZA LIMA"** com sede no (a) **RODOVIA CMTE JOÃO RIBEIRO DE BARROS KM 225/226**, na cidade de **BAURU**/Estado de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **46.374.500/0017-51**, neste ato representado(a) pelo(a) DIRETOR TÉCNICO DE SAÚDE III DR. JOSÉ RICARDO BOMBINI, nomeado(a) pelo **Ofício CSS/CRH nº 91**, de **2018**, publicado(a) no **DOE** de **.20** de **.Julho** de **2018**, portador(a) da **identificação funcional nº 16.215.217-01**, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no Contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº ....., conforme atos constitutivos da fornecedora OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº **024.00055632/2025-90** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 90010/26**, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

## CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a **Contratação de serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva em equipamentos Médico-Hospitalares para suprir as necessidades deste Instituto**, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

1. DESCRIÇÃO DOS	SIAFÍSICO/	QUANT.		UNID.	PREÇO UNIT.	TOTAL
------------------	------------	--------	--	-------	-------------	-------

2. SERVIÇOS	CATSER	EQUIP. (1)	QUANT. DE MANUT. ANUAL (2)		(3)	MANUT. ANUAL POR GRUPO (1X2X3)
SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS HOSPITALARES CONFORME ABAIXO:	441979/5428					
GRUPO 1 – OXÍMETRO DE MESA		03	02	UNID.		
GRUPO 2 – GARROTE PNEUMÁTICO		01	01	UNID.		
GRUPO 3 – MICROSCÓPIO CIRÚRGICO		01	01	UNID.		
GRUPO 4 – ELETROCAUTÉRIO		01	01	UNID.		
GRUPO 5 – ASPIRADOR CIRÚRGICO		06	04	UNID.		
GRUPO 6 – BISTURI ELETRÔNICO		07	04	UNID.		
GRUPO 7 – CARIOVERSOR		01	04	UNID.		
GRUPO 8 - DESFIBRILADOR		02	04	UNID.		
GRUPO 9 – ELETROCARDÍOGRAFO		03	04	UNID.		
GRUPO 10 – FOCO CIRÚRGICO		09	04	UNID.		
GRUPO 11 – MESA CIRÚRGICA		03	04	UNID.		
GRUPO 12 – MONITOR MULTIPARÂMETRO		04	04	UNID.		
GRUPO 13 – POLTRONA (macas elétricas) HOSPITALAR		12	02	UNID.		
GRUPO 14 – AUTOCLAVE FIXA		05	04	UNID.		
VALOR TOTAL 12 (DOZE) MESES						R\$

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do Contratado; e

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução deste contrato é o de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**.

## 2. Cláusula segunda - vigência e prorrogação

2.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (DOZE) meses, contados do(a) data da assinatura do termo de contrato prorrogável por até 10 (dez) anos, a critério do Contratante, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2.1. O Contratado poderá se opor à prorrogação de que trata a subdivisão acima, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo Contratante em até 90 (noventa) dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.

2.2.2. Dentre outras exigências, a prorrogação de que trata a subdivisão acima é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração e em harmonia com os preços do mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época do aditamento pretendido, permitida a negociação com o Contratado, observando-se, ainda, os seguintes requisitos:

a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

c) Seja juntada justificativa, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

d) Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;

e) Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.2.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, e não poderá pleitear qualquer espécie de indenização em razão da não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência do Contratante.

2.2.4. Eventuais prorrogações de contrato serão formalizadas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as condições prescritas na Lei nº 14.133, de 2021.

2.2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, custos não renováveis já pagos ou amortizados no âmbito da contratação, quando houver, deverão ser eliminados como condição para a prorrogação.

2.2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o Contratado tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.2.7. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condições resolutivas consubstanciadas:

I - na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas, acarretando a extinção do contrato a partir de sua ocorrência; ou

II - na ausência de vantagem para o Contratante na manutenção do contrato, desde que o Contratante comunique ao Contratado a opção pela extinção do contrato com ao menos 2 (dois) meses de antecedência em relação à próxima data de aniversário do contrato, acarretando a extinção do contrato a partir da referida data de aniversário contratual.

2.2.8. Ocorrendo a resolução do contrato, com base em uma das condições resolutivas estipuladas na subdivisão acima desta cláusula, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

### 3. Cláusula terceira - modelos de execução e gestão contratuais

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

### 4. Cláusula quarta - subcontratação

**4.1.** Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.

### 5. Cláusula quinta - preço

5.2. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.3. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.4. O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.

5.5. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

### 6. Cláusula sexta - pagamento

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

### 7. Cláusula sétima - reajuste

7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ (DD/MM/AAAA).

7.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice FIPE-IPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 8. Cláusula oitava - obrigações do contratante

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de 30 (trinta) dias para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do art. 131 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.11. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

## 9. Cláusula nona - obrigações do contratado

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato;

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;

9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas (art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.18. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.21. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.1.22. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is) .RODODOVIA CMTE JOÃO RIBEIRO DE BARROS KM 225/226- BAURU/SP

9.2. Em atendimento à Lei nº 12.846, de 2013, e ao Decreto estadual nº 69.588, de 2025, o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados

de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025.

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do art. 14 e/ou parágrafo único do art. 48 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024.

## 10. Cláusula décima - obrigações pertinentes a LGPD

10.1. Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

## 11. Cláusula décima primeira - garantia de execução

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## 12. Cláusula décima segunda - infrações e sanções administrativas

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) Advertência, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) Impedimento de licitar e contratar, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) Multa:

Calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento.

iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021). 12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar. 12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 13. Cláusula décima terceira - da extinção contratual

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no art. 1º, § 2º, item 3, do Decreto estadual nº 55.938, de 2010, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto estadual nº 57.159, de 2011, na hipótese da configuração de trabalho em caráter não eventual por pessoas físicas, com relação de subordinação ou dependência, quando o Contratado for sociedade cooperativa (se admitida a participação/contratação de cooperativa).



13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da Lei nº 14.133, de 2021, conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

## 14. Cláusula décima quarta - dotação orçamentária

14.1 No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade:090182
- II. Fonte de Recursos: TESOURO-
- III. Programa de Trabalho:10203093048500000
- IV. Elemento de Despesa:339039
- V. Plano Interno:090606
- VI. Nota de Empenho:

**14.2.** Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 15. Cláusula décima quinta - dos casos omissos

15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.

## 16. Cláusula décima sexta - alterações

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 16.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 16.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.
- 16.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. Cláusula décima sétima - publicação

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023.

18. Cláusula décima oitava - foro

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 01 (uma) via, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

[Local], [dia] de [mês] de [ano]. OU [Local], data da última assinatura eletrônica das partes.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOSE RICARDO BOMBINI  
Autoridade competente

### ANEXO III

#### RESOLUÇÃO SS Nº 65, DE 1 DE ABRIL DE 2024

**O SECRETÁRIO DA SAÚDE DO ESTADO DE SÃO PAULO, considerando as significativas alterações introduzidas pela Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às licitações e contratações públicas, bem como a necessidade de regulamentar os procedimentos sancionatórios ao que dispõem os artigos 155 a 163 do referido diploma legal,**

RESOLVE

#### 1. DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações e em outros ajustes regidos pela Lei nº 14.133/2021 (LLCA), deverá obedecer ao disposto nesta resolução.

Artigo 2º - O licitante ou contratado, ou quem mantenha vínculo obrigacional com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Saúde, que incidir nas infrações relacionadas no art. 155, ficará sujeito às seguintes sanções, previstas no art. 156, ambos da LLCA:

- *advertência*;

- *multa na forma prevista* no edital ou contrato, de no mínimo 0,5% a no máximo 30% do valor do ajuste;

- impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do mesmo ente federativo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

- declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

- A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, nos termos do § 9º do art. 156 da LLCA.

- As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

Artigo 3º -- Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 2º, desta Resolução, serão considerados:

- I- a natureza e a gravidade da infração cometida, bem como os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- II- as peculiaridades do caso concreto;
- III- as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

- IV- a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 1º - São consideradas circunstâncias agravantes na aplicação da sanção:

- 1- a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apena dos do TCEP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Saúde, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;
- 2- a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;
- 3- a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;
- 4- a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica.
- 5- a reincidência na infração;
- 6- a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§ 2º - São circunstâncias atenuantes da sanção:

- 1- a falha escusável do licitante ou contratado;
- 2- a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;
- 3- a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de dolo;
- 4- a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

## - DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES

### II.1 – Da Advertência

- Artigo 4º - A advertência será aplicada ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração.

-

### II.2 – Da Multa

- Artigo 5º A multa prevista no inciso II do art. 156, aplicável ao contratado ou licitante por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155 da LLCA, será calculada na

Forma do edital ou do contrato e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

- Artigo 6º -O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, nos termos do art. 162 da LLCA, calculada sobre o valor da obrigação não

cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, observados os seguintes critérios:

I - 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias;

II - 1% (um por cento) ao dia, do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, aplicada em acréscimo à do inciso I;

§ 1º - Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sujeita a multa de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a critério da autoridade competente, que decidirá com fundamento na avaliação do Gestor do contrato.

§ 2º - Os prazos referidos nos incisos I e II e parágrafo primeiro deste artigo considerarão dias corridos.

§ 3º - No caso de prestação de serviços contínuos, a multa será de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre a base mensal que seria paga à empresa contratada faltosa no mês em que houve o descumprimento da obrigação.

- Artigo 7º - Verificado o descumprimento contratual no prazo e modo convenienciados, se o cumprimento da obrigação não mais atender aos critérios da oportunidade e conveniência administrativa, ou, ainda que haja interesse da Administração, o devedor não cumprir sua obrigação, a multa de mora poderá ser convertida em compensatória, com a promoção da extinção unilateral do contrato, e aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta resolução.

- Artigo 8º - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

- Artigo 9º - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, além de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e ainda, se for o caso, de imediata perda da garantia de proposta.

Artigo 10º - A Administração poderá deixar de cobrar a multa de valor inferior a 15 (quinze) UFESP's, mantidos, entretanto, os registros no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

Os bens não aceitos e as obras ou serviços executados em desacordo com o estipulado deverão ser substituídos ou corrigidos dentro do prazo fixado pela Administração, contado do recebimento, pela contratada, da comunicação da recusa.

§ 1º - O pedido de prorrogação para a entrega dos bens substituídos ou reexecução do objeto do contrato deverá, se o caso, ser apresentado, com a devida justificativa, antes do término do respectivo prazo.

§ 2º - A ausência de regularização do objeto do contrato dentro do prazo determinado ensejará a aplicação das sanções previstas nesta resolução, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido.

#### II.3 – Do impedimentos de licitar e contratar

- Artigo 12 - A sanção de impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos I, III, IV, V, VI e VII do “*caput*” do artigo 155 da LLCA, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelos seguintes prazos:

– por 2 (dois) meses, no caso de infração prevista no inciso IV do art. 155;

– por 4 (quatro) meses, no caso de infrações previstas nos incisos V a VII do art. 155;

III - por 1 (um) ano, no caso de infração prevista no inciso II do art. 155;

IV - por 2 (dois) anos, no caso de infração prevista no inciso III do art. 155.

§1º- Os prazos de que trata este artigo poderão ser reduzidos ou majorados, neste último caso até o prazo máximo de 3 (três) anos, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes.

§ 2º - A aplicação da sanção prevista neste artigo impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, nos termos do § 4º do art. 156 da LLCA.

#### II.4 – Da declaração de inidoneidade

Artigo 13 - A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII a XII do “*caput*” do artigo 155 da LLCA, bem como, se estiver justificada a imposição de penalidade mais grave, por aquelas previstas nos incisos II a VII do *caput* do mesmo artigo, e impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 4 (quatro) anos.

- § 1º - O prazo a que alude o “*caput*” deste artigo poderá ser reduzido ou majorado, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes, respeitado o mínimo de 3 (três) anos e o máximo de 6 (seis) anos, nos termos do § 5º do art. 156 da LLCA.

- § 2º - Para os fins do inciso X do “*caput*” do artigo 155 da LLCA, A (“comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza”), considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, bem como o cometimento de fraude de qualquer natureza.

### III – PROCESSO SANCIONATÓRIO

- Artigo 14 -A instauração de processo sancionatório se dará mediante comunicação do gestor, ou de quem tenha a responsabilidade pelo acompanhamento da licitação ou da execução contratual, ao dirigente da Unidade responsável pelo certame ou contrato, a que estiver vinculado.

- Parágrafo único: Os emitentes das garantias exigidas no contrato deverão ser notificados quanto ao início de processo sancionatório para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da LLCA.

- Artigo 15- Configurada a hipótese de aplicação das sanções de advertência ou multa, os responsáveis, uma vez instaurado o processo sancionatório, serão intimados para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data do recebimento da comunicação, cabendo ao Dirigente da Unidade licitante ou contratante decidir sobre o sancionamento.

- Parágrafo único -Se na instrução do processo sancionatório estiverem presentes indícios que também recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o contratado ser comunicado de ambas as consequências da infração constatada, para oportuna decisão conjunta.

- Artigo 16 - Para a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar, e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar deverá ser instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, indicados pelo Chefe de Gabinete, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

- §2º - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

- § 3º - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 4º - Os processos sancionatórios deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, à Chefia de Gabinete para fins de avaliação do seu processamento.

§ 5º - Após a avaliação do processamento pela Chefia de Gabinete, os autos serão remetidos à análise jurídica, nos termos do § 6º do art. 156 da LLCA.

Artigo 17 - Após a avaliação do processamento e a análise jurídica, em caso de aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar, o relatório final da comissão a que alude o artigo 15 desta resolução será encaminhado à Chefia de Gabinete, a quem compete aplicar a sanção, nos termos da Resolução SS nº 98/2004, ou outra que venha a substituí-la.

Artigo 18 - Após a avaliação do processamento e a análise jurídica, em caso de aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, o relatório final da comissão a que alude o artigo 15 desta Resolução será encaminhado ao Secretário da Pasta, autoridade competente para aplicação da referida sanção, nos termos do inciso I do § 6º do art. 156 da LLCA.

- Artigo 19 - Da decisão da autoridade que aplicar as sanções de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação, nos termos do art. 166 da LLCA.

- § 1º - O recurso de que trata o “caput” deste artigo será dirigido à autoridade sancionadora, que deverá no prazo de até 5 (cinco) dias úteis decidir se mantém ou reconsidera a decisão recorrida.

§ 2º - Caso a autoridade sancionadora decida pela manutenção da decisão recorrida, deverá, imediatamente, submeter o recurso à instância superior, que decidirá sobre as condições de admissibilidade e o seu mérito no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos, nos termos do § único do art. 166 da LLCA.

- Artigo 20 - Da decisão da autoridade que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação, e será decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado de seu protocolo.

- Artigo 21 - A imposição das sanções previstas na presente resolução não impede a propositura de ação judicial com vista à reparação integral do dano causado à Administração.

Artigo 22 — O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo, até que sobrevenha decisão final por parte da autoridade competente.

Artigo 23 - A intimação dos atos no processo sancionatório será feita mediante expedição de ofício ao(s) responsável(ais) relacionado(s) no Termo de Ciência e de Notificação ou na Autorização de Serviços ou de Compras, conforme o caso, por meio do endereço eletrônico n eles indicados, o qual deve ser mantido atualizado para os fins a que se destina.



- § 1º - Resultando infrutífera a intimação a que se refere o “caput” deste artigo, será efetuada por meio do Diário Oficial do Estado de São Paulo – DOE, por 3 (três) vezes consecutivas.

- § 2º - Nos processos eletrônicos instaurados nesta Administração, as comunicações dos atos oficiais serão realizadas por meio das funcionalidades existentes no Sistema Eletrônico de Informações – SEI ou em outro que venha a substituí-lo.

- Artigo 24 - Decorridos 30 (trinta) dias da notificação para recolhimento da multa aplicada, não ocorrendo a quitação pelo sancionado, serão adotadas as medidas para o registro do débito no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (CADIN) e a inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.

- Artigo 25 - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será interrompida ou suspensa nas hipóteses previstas no § 4º do artigo 158 da LLCA.

- Artigo 26 - Os atos previstos como infrações administrativas na LLCA ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei, nos termos do art. 159 da LLCA.

- Artigo 27 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na LLCA ou para provocar confusão patrimonial, e, neste caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

- Artigo 28 - Independentemente da instauração de processo sancionatório, caso constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, a autoridade competente da Unidade/Coordenadoria poderá determinar, quando a medida se revelar de interesse público, a suspensão da execução do contrato, mediante comunicação expressa aos responsáveis indicados no Termo de Ciência e de Notificação, desde que avaliados os aspectos a que se refere o artigo 147 da LLCA.

- Artigo 29 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta resolução o disposto no artigo 183 da LLCA.

- Artigo 30 - Encerrada a instância administrativa, as sanções aplicadas deverão ser registradas na Relação de Apenados do TCEP, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como, conforme o caso, comunicadas às autoridades competentes para fins de anotações nos demais cadastros de controle, inclusive às entidades profissionais,

dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção.

- Artigo 31 - É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- I-reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II -pagamento da multa;

III-transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV -cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V -análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

- Parágrafo único: A sanção pela apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame, por prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato, bem como pela prática de ato lesivo, nos termos do artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

-

#### **IV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- Artigo 32 - A presente resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes.

- Artigo 33º -Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei federal nº 14.133/2021.

**PESQUISA DE PREÇOS**  
**MODELO DE PROPOSTA**

**1. DEFINIÇÃO E QUANTIDADE:**

2. DESCRIÇÃO DOS 3. SERVIÇOS	SIAFÍSI CO/ CATSE R	QUANT. EQUA MENTO S (1)	QUANT. DE MANUT. ANUAL (2)	UNID.	VALOR UNIT. (3)	TOTAL MANUT. ANUAL POR GRUPO (1X2X3)
<b>SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS HOSPITALARES CONFORME ABAIXO:</b>	<b>441979 /5428</b>					
<b>GRUPO 1 – OXIMETRO DE MESA</b>		03	<b>02</b>	<b>UNID.</b>		
<b>GRUPO 2 – GARROTE PNEUMÁTICO</b>		01	<b>01</b>	<b>UNID.</b>		
<b>GRUPO 3 – MICROSCÓPIO CIRÚRGICO</b>		01	<b>01</b>	<b>UNID.</b>		
<b>GRUPO 4 – ELETROCAUTÉRIO</b>		01	<b>01</b>	<b>UNID.</b>		
<b>GRUPO 5 – ASPIRADOR CIRÚRGICO</b>		06	<b>04</b>	<b>UNID.</b>		
<b>GRUPO 6 – BISTURI ELETRÔNICO</b>		07	<b>04</b>	<b>UNID.</b>		
<b>GRUPO 7 – CARIOVERSOR</b>		01	<b>04</b>	<b>UNID.</b>		
<b>GRUPO 8 – DESFIBRILADOR</b>		02	<b>04</b>	<b>UNID.</b>		
<b>GRUPO 9 – ELETROCARDÍOGRAFO</b>		03	<b>04</b>	<b>UNID.</b>		
<b>GRUPO 10 – FOCO CIRÚRGICO</b>		09	<b>04</b>	<b>UNID.</b>		
<b>GRUPO 11 – MESA CIRÚRGICA</b>		03	<b>04</b>	<b>UNID.</b>		
<b>GRUPO 12 – MONITOR MULTIPARÂMETRO</b>		04	<b>04</b>	<b>UNID.</b>		
<b>GRUPO 13 – POLTRONA (macas elétricas) HOSPITALAR</b>		12	<b>02</b>	<b>UNID.</b>		
<b>GRUPO 14 – AUTOCLAVE FIXA</b>		05	<b>04</b>	<b>UNID.</b>		
<b>VALOR TOTAL DA PROPOSTA 12 (DOZE) MESES</b>						<b>R\$</b>
<b>VALOR MENSAL DA PROPOSTA (VALOR TOTAL 12 MESES DIVIDIDO POR 12)</b>						<b>R\$</b>

**- Validade da proposta: 60 (sessenta) dias**

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
Nome, e assinatura do responsável pelas informações

ANEXO V

MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)

ANEXO V.1

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

(em papel timbrado do licitante)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)